

Demonstrações Financeiras

Ser Educacional S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Ser Educacional S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do auditor independente.....	9
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial.....	16
Demonstração do resultado.....	17
Demonstração do resultado abrangente.....	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração dos fluxos de caixa	20
Demonstração dos valores adicionados	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	22

Relatório da Administração 2018

Aos Acionistas,

O grupo Ser Educacional S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de acordo com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidos pelo IASB (International Accounting Standards Board).

Mensagem da Administração

O ano de 2018 foi um marco importante na trajetória do grupo Ser Educacional, uma vez que em meio a um ambiente político e econômico desafiador para o Brasil, a Companhia conseguiu, com sucesso, sustentar seus resultados econômico-financeiros ao mesmo tempo que realizou movimentos importantes em seu plano de crescimento orgânico de longo prazo, com a abertura de 14 novos campi, nos últimos 24 meses, crescimento de 30% em sua base de campi presenciais, onde a Companhia passou a atuar em novas regiões e com isso, passou de 46 campi em operação para 60 e da operacionalização de 86 novos polos de ensino a distância (EAD), um aumento de 72%, passando de 119 polos em operação em dezembro de 2017 para 205 polos em 2018. Os resultados financeiros, por sua vez, demonstram que a Empresa conseguiu sustentar crescimento moderado de receita líquida e do lucro líquido, na comparação entre os exercícios de 2017 e 2018.

Contudo, o período foi mais atribulado do que aparentam os resultados do exercício. Em especial durante o primeiro semestre, que foi marcado por um processo de captação de alunos que apresentou resultados abaixo do esperado pela Administração, em virtude principalmente de: (i) crescimento da economia brasileira, em especial das regiões Norte e Nordeste, abaixo do esperado, (ii) desaceleração da confiança dos consumidores e uma melhoria mais lenta das taxas de desemprego, além da (iii) forte retração observada nos programas governamentais, principalmente com relação ao FIES, que apresentou atraso significativo em seu processo de captação, durante o primeiro semestre do ano, prejudicando mercados relevantes de atuação da Companhia, em que os alunos culturalmente costumam aguardar a definição dos programas de governo antes de definir como realizarão seus estudos no semestre. Já no segundo semestre do ano, o setor de ensino superior também apresentou retração de demanda, novamente em função de um desempenho anêmico da economia a partir de junho, dessa vez por conta de eventos como a greve dos caminhoneiros, Copa do Mundo e eleições para presidente da república e governadores dos estados, eventos extemporâneos que acabaram por reduzir a demanda durante o segundo semestre do ano.

Nesse cenário, a Administração da Companhia anunciou durante o primeiro semestre de 2018, um plano de ação que, visando readequar sua estrutura operacional com o intuito de ajustar as operações da Companhia para a atual base de alunos e reordenar a abertura das unidades recém-credenciadas de forma a lançá-las ao longo dos próximos anos já com portfólio maior de cursos. Esse movimento foi importante uma vez que diluiu o impacto e o tempo esperado de maturação das unidades recentemente abertas, sem prejudicar o plano de longo prazo da Companhia.

O sucesso da implantação desse plano no decorrer do ano, permitiu que a Companhia pudesse apresentar a seus acionistas um desempenho financeiro relativamente estável, ao mesmo tempo que implantou com sucesso novas frentes de crescimento orgânico, que além dos novos campi e polos inaugurados no período, a Companhia obteve 13 novas faculdades credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC), bem como foi aprovado o credenciamento da UNAMA para oferta de ensino a distância e com isso continua a vislumbrar um processo de expansão de suas operações que pode ser realizado com resultados sustentáveis.

A base de cursos presenciais também foi destaque no exercício e passou de 1.491 cursos para 1.605 cursos, crescimento de 7,6% no período. O aumento da base de cursos foi principalmente para dar suporte às novas operações, bem como nas unidades com menos de 4 anos de existência, que nesses casos, os cursos credenciados foram relevantes nas áreas de conhecimento ligadas à saúde e engenharia.

O crescimento da base de alunos somente é sustentável se houver qualidade de ensino, infraestrutura adequada, alunos satisfeitos e bom nível acadêmico que permita aos alunos ingresso no mercado de trabalho e melhoria de renda. Para obter estes resultados, os objetivos acadêmicos do Grupo Ser Educacional são focados em empregabilidade e bom desempenho no IGC (Índice Geral de Cursos) e CPC (Conceito Preliminar de Curso). Para o item Desempenho no IGC (Índice Geral de Cursos) e CPC (Conceito Preliminar de Curso), as instituições apresentaram bom nível de qualidade. Em relação ao CPC, 96% de nossos cursos avaliados em 2017, que são as informações mais recentes publicadas, tiveram nota igual ou superior a 3 e IGC praticamente todas as unidades tiveram nota superior ou igual a 3.

As práticas de responsabilidade social fazem parte dos valores e do cotidiano do grupo Ser Educacional. A Companhia investe diretamente e estimula seus alunos, professores e colaboradores a realizarem atividades que beneficiem a sociedade e as comunidades onde as unidades da Companhia estão inseridas. Essas iniciativas são subdivididas em pilares primordiais: cultura, esportes e ações socioambientais. Essas atividades, colaboram com o sentimento de pertencer dos alunos junto a suas populações regionais e com a instituição que promove essas atividades, gerando uma ligação entre alunos, comunidade, governos e instituição extremamente benéfica para todos os envolvidos. A Companhia promove essas atividades por meio de suas instituições e coordenadas pelo Instituto Ser Educacional, que acumula mais de milhares de atendimentos sociais nas áreas mencionadas anteriormente.

Como reconhecimento desses esforços, pela sétima vez consecutiva, a UNINASSAU está em primeiro lugar entre as instituições particulares mais lembradas pelos pernambucanos. O Prêmio Recall de Marcas é resultado de uma pesquisa realizada pelo Jornal do Commercio. O Grupo também recebeu da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) certificações que atestam o empenho da instituição com a responsabilidade social e o desenvolvimento da sociedade, devido aos trabalhos gerados para auxiliar na evolução da mesma por meio de suas marcas.

Adoção das Novas Práticas Contábeis

A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a reconhecer sua receita de mensalidades de alunos de acordo com as normas do IFRS 15, e com isso passou a reconhecer a receita bruta com base nos valores cobrados nos boletos emitidos com vencimento no dia 30 de cada mês, ou com base nos contratos de prestação de serviços, e não mais pelo valor de mensalidade com vencimento no dia 5 de cada mês, que considera o desconto de pontualidade. O efeito prático dessa alteração resulta no reconhecimento adicional, a partir de 2018, da receita de juros de mensalidades de alunos na receita bruta, que até 2017 era reconhecida como receita financeira de juros de mensalidades. Nesse mesmo exercício, também passou a adotar a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de acordo com o IFRS 9, de forma a refletir a perda esperada do contas a receber de acordo com a inadimplência dos últimos 12 meses por aluno, por título e para cada faixa de vencimento, exceto para os créditos educativos oriundos de programas do governo federal (FIES). Até o exercício de 2017, a Companhia provisionava sua PCLD considerando 100% da inadimplência a partir de 180 dias

Desempenho Operacional e Financeiro

O Grupo Ser Educacional encerrou o ano de 2018 com uma base total de 150,2 mil alunos, redução de 1,5% em comparação aos 152,4 mil alunos ao final de 2017, sendo que 127,8 mil correspondiam a cursos de graduação presencial, uma redução de 4,6% em relação a dezembro de 2017. Estavam matriculados 40,4 mil alunos FIES, que representam 26,9% do total de alunos, ou 31,6% dos alunos de graduação presencial. A redução da base de alunos se deve principalmente ao cenário econômico adverso dos últimos anos que tem gradativamente elevado as taxas de desemprego, associado à redução dos programas de financiamento estudantil do Governo Federal (FIES).

No segmento de pós-graduação presencial, o grupo encerrou o ano com 5,2 mil alunos, apresentando uma redução de 18,6%, quando comparado aos 6,4 mil alunos em 2017. Essa queda deve-se principalmente à mudança do posicionamento da Companhia no segmento de pós-graduação presencial, visando maior rentabilidade por turma formada.

No segmento de ensino a distância (EAD), a Companhia encerrou o ano com 16,9 mil alunos, considerando os segmentos de graduação, pós-graduação, um aumento de 44,1% em comparação aos 11,7 mil alunos registrados ao final de 2017.

Receita Bruta

O grupo Ser Educacional encerrou 2018 com receita bruta de R\$1.848,0 milhões, um crescimento de 12,6% em relação a 2017, devido principalmente ao efeito da implantação do IFRS 15, conforme comentado no início do relatório da Administração, repasse de inflação escolar para os cursos e do aumento do mix de cursos de saúde no portfólio de cursos, tendo esses efeitos sido compensados pela redução da base total de alunos.

A receita líquida alcançou R\$1.262,5 milhões, com acréscimo de 2,5%, um crescimento em menor escala em comparação com a receita bruta, em virtude principalmente da implantação do IFRS 15 e do aumento dos descontos comerciais para captação e retenção de alunos.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços totalizou R\$577,0 milhões, representando 45,7% da receita líquida em 2017, um aumento de 0,5 ponto percentual na comparação entre os dois períodos. Esse aumento ocorreu principalmente por conta dos efeitos não recorrentes relativos a multas indenizatórias decorrentes da otimização e adequação da estrutura para comportar a atual base de alunos da Companhia.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto foi de R\$685,5 milhões em 2018, o que representa um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior, com margem bruta de 54,3%, uma redução de 0,5 ponto percentual em relação a 2017. Essa redução ocorreu em virtude principalmente pelo efeito combinado dos efeitos não recorrentes relativos a multas indenizatórias decorrentes da otimização e adequação da estrutura e crescimento mais baixo da receita líquida comparável a anos anteriores em virtude principalmente da queda da base de alunos de ensino presencial.

Despesas Operacionais

Em 2018, as despesas operacionais totalizaram R\$446,8 milhões, o que corresponde a 35,4% da receita líquida, um aumento de 1,5 p.p. sobre o ano anterior. Esse aumento das despesas operacionais como percentual da receita líquida se deve, principalmente, ao incremento do aumento da provisão e perda efetiva para crédito e liquidação duvidosa (PCLD) que apresentou aumento de 37,5% no período, em função do aumento da inadimplência dos alunos em virtude do aumento das taxas de desemprego e sua permanência em patamares mais elevados por um período mais longo, como efeito colateral do cenário econômico adverso dos últimos anos.

EBITDA Ajustado

A Companhia alcançou um EBITDA ajustado de R\$ 320,1 milhões e margem de 25,4%, uma redução de 1,6 ponto percentual, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, em virtude do efeito combinado da redução do ritmo de crescimento da receita líquida em função principalmente da queda da base de alunos presenciais associado aos gastos não recorrentes para otimização de pessoal visando fazer frente a redução dessa mesma base de alunos e do aumento de 37,5% da PCLD no período.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2018 representou uma despesa financeira líquida de R\$27,1 milhões, representando uma redução de 50,0%, comparado à despesa financeira líquida de R\$54,1 milhões registrada em 2017. Esse melhor desempenho ocorreu principalmente por conta do aumento das receitas financeiras de rendimentos de aplicações financeiras em virtude do maior saldo de caixa e equivalentes da Companhia e da redução das despesas de juros em decorrência da redução do endividamento bruto.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O montante de Imposto de Renda e Contribuição Social totalizou um recolhimento de R\$7,3 milhões comparado a um recolhimento de R\$4,4 milhões em 2017, em virtude principalmente da redução do total de incentivos fiscais provenientes do PROUNI, que em 2017 somaram R\$79,5 milhões e em 2018 R\$74,7 milhões, uma redução de 6,1%.

Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores acima expostos, o lucro líquido foi de R\$ 201,3 milhões, uma redução de 1,9% em relação a 2017.

Endividamento

O Ser Educacional finalizou 2018 com um caixa líquido de R\$ 497,2 milhões, comparado a um caixa líquido de R\$ 452,6 milhões. Esse aumento do caixa líquido deve-se principalmente ao aumento da geração de caixa operacional da Companhia no período. A Companhia segue buscando oportunidades para novas aquisições, em linha com seu plano estratégico.

Investimentos

O volume de investimentos realizados no ano foi de R\$97,3 milhões, uma redução de 11,8% comparado a 2017. Estes recursos incluíram reforma e construção de unidades, para sustentar o crescimento dos próximos anos, investimentos em bibliotecas e computadores.

Geração Operacional de Caixa

A geração de caixa operacional passou de R\$427,0 milhões em 2017 para R\$435,8 milhões em 2018, um crescimento de 2,1% na comparação entre os dois períodos. Esse aumento se explica principalmente em função do recebimento da última parcela do acordo realizado junto ao Governo Federal por conta das mensalidades não pagas em 2015 (Acordo) por força da Portaria Normativa No 23/2015 (PN 23), no montante de R\$137,4 milhões e pela sólida geração de caixa da Companhia durante o ano que inclusive obteve geração de caixa operacional superior ao próprio EBITDA do mesmo período.

Dividendos

O Conselho de Administração deliberou em reunião realizada em 27 de março de 2019, a distribuição de dividendos no valor de R\$ 36,7 milhões ou seja, R\$ 0,284951340 por ação, correspondentes a 19,2% do lucro líquido ajustado do período. Se somados aos dividendos intermediários aprovados em 10 de setembro de 2018 e pagos no dia 25 de setembro de 2018, no valor de 20.685.235,00 (vinte milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais), correspondentes a R\$ 0,151280291 por ação da Companhia, a Companhia distribuiu um total de R\$ 57,4 milhões, correspondente a 0,436231631 por ação.

Governança Corporativa

Em 2018, a Companhia realizou evoluções significativas em suas práticas de governança corporativa, tendo seu Conselho de Administração aprovado uma nova versão de seu Regimento Interno e aprovado novas políticas: Gestão de Riscos, uma nova versão de sua Matriz de Riscos, Indicação de Administradores e Política de Remuneração de Administradores.

Auditoria Independente

Em atendimento ao disposto no Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período de cinco anos, bem como de acordo com as melhores práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, garantindo, assim, uma maior independência dos auditores, em reunião realizada no dia 1 de junho de 2018, o Conselho de Administração da Ser Educacional aprovou a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para atuar na qualidade de auditor independente da Companhia e de suas controladas, em substituição à empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"). A contratação da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. ("EY") ocorreu em conformidade com a instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, para a realização da auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para o grupo Ser Educacional:

Serviços	Prestador de Serviço	Honorários	Prazo	Natureza
Auditoria	PWC	R\$ 372.204,77	Jan/18 – Mai/18	Revisão e exame das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e do trimestre encerrado em 31 de março de 2018.
Consultoria	PWC	R\$ 416.678,13	Jan/18 – Mai/18	Realização de trabalhos de avaliação patrimonial, laudos de incorporações e consultoria tributária.
Auditoria	EY	R\$ 621.669,00	Jun/18 – Dez/18	Revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2018.
Total		R\$ 1.410.551,90	Jan/18 – Dez/18	

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Ser Educacional declara, nos termos da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da EY, emitido em 27 de março de 2019; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhado de parecer favorável do Conselho Fiscal.

Aderência à Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Agradecimentos

A Administração da Ser Educacional agradece aos seus alunos, professores, colaboradores, acionistas e prestadores de serviços pela confiança e parceria durante o ano e espera contar com esta mesma dedicação durante o ano de 2019.

A Administração

Aos Administradores e acionistas
Ser Educacional S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ser Educacional S.A. (“Companhia” ou “Grupo”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ser Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Considerando que a principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades diretamente de pessoas físicas (alunos) matriculados semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação, EAD e cursos técnicos, consideramos os seguintes principais aspectos que demandaram especial atenção em nossa auditoria: (i) As receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, aumentando sobremaneira a relevância dos controles internos estabelecidos, notadamente a manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados; (ii) A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), responsável, em 2018, por aproximadamente 26,9% da base de alunos, requer da administração julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos; e (iii) Em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e julgamento para a determinação da provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honrados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) Atualizamos o entendimento e testamos a efetividade dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e definição de tabela de preços; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao Programa de Universidade para Todos; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e (vi) verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas, incluídas nas notas explicativas nº 2.2, 20 e 29.19.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve subjetividade e alto grau de julgamento da administração. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas.

Consideramos esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a administração das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) verificamos se a política de provisionamento estabelecida pela administração foi utilizada uniformemente para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela administração e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e contabilizados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas, incluídas nas notas explicativas nº 2.2 e 9 (e).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas respectivas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida

Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, a Companhia acumulou ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida que representam aproximadamente 14,8% do total de seus ativos consolidados em 31 de dezembro de 2018, sujeitos a verificações anuais de recuperabilidade (*impairment*).

Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de *impairment* por parte da administração para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, crescimento de receita, volumes e mensalidades projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida representar 14,8% do total dos ativos consolidados em 31 de dezembro de 2018, o teste de recuperabilidade do ágio foi identificado como um principal assunto de auditoria para nossos exames de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da administração; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de CAPEX e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado, inflação de custos e taxas de desconto; e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Efetuamos também a análise das divulgações em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis de vida útil indenificada, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e respectivos ativos intangíveis adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 (e), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de março de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 27 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6



Henrique Piareck de Sá
Contador CRC-PE 023398/O-3

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Receita líquida dos serviços prestados	20	464.283	416.668	1.262.486	1.231.785
Custo dos serviços prestados	21	(222.421)	(183.898)	(576.990)	(556.645)
Lucro bruto		241.862	232.770	685.496	675.140
Despesas Comerciais	22	(44.000)	(45.861)	(83.548)	(92.517)
Despesas gerais e administrativas	22	(211.599)	(175.346)	(363.301)	(325.047)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(3.366)	331	(2.962)	(1.541)
Participação nos lucros de controladas	6	211.669	198.992		
Lucro operacional		194.566	210.886	235.685	256.035
Receita financeira	23	58.865	54.250	74.396	80.607
Despesas financeiras	23	(51.826)	(68.276)	(101.470)	(134.727)
Resultado financeiro		7.039	(14.026)	(27.074)	(54.120)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		201.605	196.860	208.611	201.915
Imposto de renda e contribuição social	24	(2.238)	(5.554)	(81.991)	(83.156)
Incentivo fiscal - Prouni	24	1.912	6.169	74.659	79.467
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24				(751)
Lucro líquido do período		201.279	197.475	201.279	197.475
Atribuível a					
Acionistas da Controladora		201.279	197.475	201.279	197.475
		<u>201.279</u>	<u>197.475</u>	<u>201.279</u>	<u>197.475</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação no final do período (em milhares)		135.829	127.225	135.829	127.225
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o período (expresso em R\$ por ação)		1,48	1,55	1,48	1,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício	201.279	197.475
Outros componentes do resultado abrangente do período		
Resultado abrangente do exercício	<u>201.279</u>	<u>197.475</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Atribuível aos acionistas da controladora							Total do patrimônio líquido
		Capital social		Reserva de lucros			Ações em tesouraria	Lucro líquido do exercício	
		Capital social	Gastos com emissões de ações	Incentivos fiscais	Legal	Retenção			
Em 01 de janeiro de 2017		377.048		44.567	35.585	499.654		(6.454)	950.400
Lucro líquido do exercício	27							197.475	197.475
Aumento de capital social	19.a	614.596				(222.952)			391.644
Gastos com emissões de ações			(4.095)						(4.095)
Constituição da reserva de incentivo fiscal	19.d			6.169				(6.169)	
Constituição da reserva legal	19.e				9.874			(9.874)	
Distribuição de dividendos	19.g					(10.813)	10.813	(27.034)	(27.034)
Constituição da reserva de retenção de lucros	19.g					154.398		(154.398)	
Em 31 de dezembro de 2017		<u>991.644</u>	<u>(4.095)</u>	<u>50.736</u>	<u>45.459</u>	<u>420.287</u>	<u>10.813</u>	<u>(6.454)</u>	<u>1.508.390</u>
Em 01 de janeiro de 2018		<u>991.644</u>	<u>(4.095)</u>	<u>50.736</u>	<u>45.459</u>	<u>420.287</u>	<u>10.813</u>	<u>(6.454)</u>	<u>1.508.390</u>
Adoção ao IFRS 9	2.2					(25.757)			(25.757)
Lucro líquido do exercício	27							201.279	201.279
Constituição da reserva de incentivo fiscal	19.d								
Constituição da reserva legal	19.e				10.064			(10.064)	
Reversão dos incentivos fiscais	19.d			(50.736)		50.736			
Pagamento de dividendos	19.g						(10.813)	(20.685)	(31.498)
Distribuição de dividendos	19.g					(9.561)	9.561	(27.119)	(27.119)
Ações em tesouraria adquiridas	19.b							(154.752)	(154.752)
Cancelamento de ações em tesouraria	19.b					(95.679)		95.679	
Constituição da reserva de retenção de lucros	19.g					143.411		(143.411)	
Em 31 de dezembro de 2018		<u>991.644</u>	<u>(4.095)</u>	<u>55.523</u>	<u>483.437</u>	<u>483.437</u>	<u>9.561</u>	<u>(65.527)</u>	<u>1.470.543</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		201.605	196.860	208.611	201.915
Ajustes de					
Depreciação e amortização	11 e 12	46.691	37.568	76.348	65.090
(Reversão) Provisão para contingências		415	(755)	(2.086)	1.499
Participação nos lucros de controladas	6.a	(211.669)	(198.992)		
Ajuste a valor presente do contas a receber	9	840		2.727	
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.e	31.585	19.624	88.243	64.195
Perda com baixa de ativos não circulantes	11 e 12	1.526	3.526	2.066	9.092
Juros, e variações monetárias, líquidas	23	42.504	54.422	66.404	78.239
		113.497	112.253	442.313	420.030
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		20.482	17.036	(28)	21.228
Tributos a recuperar		(1.532)	1.375	3.290	(786)
Outros ativos		(1.861)	(3.126)	(11.519)	(16.599)
Fornecedores		(898)	(442)	2.499	1.688
Salários e encargos sociais		614	(27)	(1.139)	2.958
Tributos a recolher		(447)	(97)	(1.195)	(4.038)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		241	628	(1.273)	2.197
Outros passivos		492	1.097	2.824	285
Caixa gerado pelas operações		130.588	128.697	435.772	426.963
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos		(26.335)	(48.679)	(40.983)	(63.728)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(567)	(13)	(6.059)	(6.637)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		103.686	80.005	388.730	356.598
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		36.578	(280.225)	26.260	(294.880)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	6.b	(45.916)	(35.717)		
Recebimentos de dividendos das investidas	6.b	203.368	173.757		
Adições ao imobilizado	12	(49.039)	(59.483)	(83.396)	(98.035)
Adições ao intangível	11.a	(11.479)	(11.092)	(13.930)	(12.331)
Caixa líquido gerado pela incorporação		173			
Pagamento de aquisição de controladas			(1.112)	(37.324)	(38.548)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		133.685	(213.872)	(108.390)	(443.794)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Caixa líquido gerado pela emissão de ações			387.549		387.549
Captação de debêntures			196.335		196.335
Amortização de debêntures			(153.510)		(153.510)
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(24.980)	(83.610)	(25.630)	(86.399)
Amortização de arrendamentos mercantis	18	(4.257)	(3.771)	(5.981)	(5.295)
Partes relacionadas		(28.474)	40.370		
Aquisição de ações em tesouraria	19.b	(154.752)		(154.752)	
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da Companhia		(58.532)	(34.234)	(58.532)	(34.234)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(270.995)	349.129	(244.895)	304.446
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(33.624)	215.262	35.445	217.250
Caixa e equivalentes a caixa					
No final do exercício		236.115	269.739	314.731	279.286
No início do exercício		269.739	54.477	279.286	62.036
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(33.624)	215.262	35.445	217.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos valores adicionados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas					
Receita de serviços	20	681.453	549.799	1.847.993	1.640.922
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	(31.585)	(19.624)	(88.243)	(64.195)
Deduções da receita	20	(203.002)	(118.542)	(542.315)	(365.249)
		<u>446.866</u>	<u>411.633</u>	<u>1.217.435</u>	<u>1.211.478</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por pessoas física e jurídica	21 e 22	(38.168)	(28.225)	(55.220)	(47.214)
Energia elétrica, água e telefone	21	(17.247)	(13.548)	(37.361)	(33.394)
Publicidade e propaganda	22	(44.000)	(45.861)	(83.548)	(92.517)
Materiais de expediente	22	(10.623)	(9.272)	(17.557)	(18.003)
Outros		(42.973)	(31.938)	(61.200)	(54.521)
		<u>(153.011)</u>	<u>(128.844)</u>	<u>(254.886)</u>	<u>(245.649)</u>
Valor adicionado bruto		<u>293.855</u>	<u>282.789</u>	<u>962.549</u>	<u>965.829</u>
Depreciação e amortização	21 e 22	(46.691)	(37.568)	(76.348)	(65.090)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>247.164</u>	<u>245.221</u>	<u>886.201</u>	<u>900.739</u>
Receitas financeiras	23	61.702	56.698	78.141	84.044
Participações nos lucros de controladas	6	211.669	198.992		
Valor adicionado total a distribuir		<u>520.535</u>	<u>500.911</u>	<u>964.342</u>	<u>984.783</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais	21 e 22	(220.650)	(188.582)	(523.425)	(513.721)
Impostos, taxas e contribuições		(21.074)	(19.824)	(62.893)	(59.119)
Tributos federais		(3.330)	(2.008)	(12.214)	(8.950)
Tributos municipais		(17.744)	(17.816)	(50.679)	(50.169)
Remuneração de capitais de terceiros		(77.532)	(95.030)	(176.745)	(214.468)
Despesas financeiras	23	(51.826)	(68.276)	(101.470)	(134.727)
Aluguéis	21	(25.706)	(26.754)	(75.275)	(79.741)
Lucro líquido do exercício		(201.279)	(197.475)	(201.279)	(197.475)
Valor adicionado distribuído		<u>(520.535)</u>	<u>(500.911)</u>	<u>(964.342)</u>	<u>(984.783)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1 Informações gerais

A Ser Educacional S.A. (“Companhia”) e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades principais o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de ensino, de graduação presencial e à distância, pós-graduação, educação profissional e outras áreas associadas à educação e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades empresariais, no Brasil.

O Grupo possui ainda vinte e uma empresas constituídas sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada, que atuam na forma de duas universidades, oito centros universitários, 67 faculdades credenciadas e 205 polos de ensino à distância, ambos em operação, constituindo um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e com a presença mais relevante nas regiões Nordeste e Norte em número de alunos matriculados. O Grupo está presente em todos os 26 estados da federação e no Distrito Federal, com uma base consolidada de aproximadamente 150 mil alunos, operando sob as marcas UNINASSAU – Centro Universitário Maurício de Nassau, UNINABUCO – Centro Universitário Nabuco, UNG – Universidade Guarulhos, UNAMA – Universidade da Amazônia, UNIVERITAS – Centro Universitário Universitas Veritas, Faculdades UNINASSAU, Faculdades UNINABUCO e Escolas Técnicas Joaquim Nabuco e Maurício de Nassau, por meio das quais oferece aproximadamente 1.605 cursos. (Não auditado)

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Recife, Estado de Pernambuco. É listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código SEER3 onde negocia suas ações ordinárias. Em julho de 2018, a Fitch Rating emitiu parecer renovando o rating de longo prazo em escala nacional da Companhia “AA-(bra)”, com perspectiva estável.

Essas demonstrações financeiras estão sendo emitidas após sua aprovação pelo Conselho de Administração e exame pelo Conselho Fiscal, em 27 de março de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão demonstradas na seção F, Nota 29. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findos em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), em conformidade com o International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as práticas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As International Financial Reporting Standards (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 Novas normas, alterações e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018

• IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48)

O Grupo adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018, o IFRS 9 (CPC 48) em substituição ao IAS 39/CPC38, no que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 trouxe foram: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

O Grupo elaborou o cálculo da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa seguindo modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada que registra perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. Nesse sentido, em 1º de janeiro de 2018, reconheceu o montante de R\$ 25.757, adicionalmente ao saldo da referida provisão registrada no ativo circulante em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao patrimônio líquido, utilizando-se assim do método de adoção retrospectivo modificado sem rerepresentar os valores correspondentes, conforme prevê o IFRS 9 (CPC 48).

Para os demais instrumentos financeiros, o Grupo não identificou impactos significativos na adoção da norma.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47)

O Grupo adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018, o IFRS 15 que substitui o IAS 11/ CPC 17 – “Contratos de Construção” e IAS 18/ CPC 30 – “Receitas” e respectivas interpretações, para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contratos com clientes. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, ou seja, o Grupo já cumpriu integralmente sua obrigação de desempenho, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, definindo o momento e o montante que refletem a expectativa do Grupo de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

No processo de análise das mudanças introduzidas pela norma, o Grupo passou a reconhecer a receita bruta com base nos valores cobrados nos boletos emitidos com vencimento para o dia 30 de cada mês, ou com base em contratos de prestação de serviços, reconhecendo assim um desconto de pontualidade para as mensalidades pagas com o usufruto desse desconto, que anteriormente eram reconhecidos no resultado financeiro, sem impacto no patrimônio líquido do Grupo.

2.3 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

• IFRS 16 – Leases / CPC 06(R2) Operações de arrendamento mercantil)

O IFRS 16 substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (R1) (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

O Grupo atua como arrendatário em um número significativo de contratos de arrendamento concentrados em imóveis onde estão localizadas suas universidades, centros universitários, pólos de ensino, faculdades e escritórios, principalmente. Uma parcela significativa desses contratos é contabilizada como arrendamento operacional de acordo com o atual padrão de arrendamento, sendo os pagamentos de locação reconhecidos de forma linear ao longo do prazo do contrato.

O Grupo concluiu suas análises quanto ao impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e onde esse exercício é razoavelmente certo. Além disso, a Companhia e suas controladas adotaram premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa média do custo atual de capital de terceiros. Por outro lado, o Grupo concluiu que não há componentes de não arrendamento embutidos nos seus contratos de arrendamento para as classes de ativos em questão.

A norma permite ainda dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial, com a contabilização dos efeitos dos ajustes diretamente no

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

saldo de abertura de lucros acumulados, sem rerepresentar as informações comparativas. O Grupo decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada. O Grupo optou pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, impairment, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da adoção inicial, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento. Desta forma, o Grupo optou por adotar os seguintes expedientes práticos na transição para os novos critérios: (i) utilização de taxas de desconto comuns para o grupo de contratos em questão, por terem características semelhantes em termos de prazo, ativo objeto do contrato, moeda e ambiente econômico; (ii) aplicação do expediente prático que permite não adotar os novos critérios para os contratos que expiram em 12 meses da data da adoção inicial; e (iii) exclusão dos custos diretos iniciais da valoração inicial do ativo por direito de uso na data da adoção inicial.

Com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, o Grupo espera que as mudanças introduzidas pelo CPC 06(R2) / IFRS 16 tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção, incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso e suas correspondentes obrigações de arrendamento em conexão com a maioria dos contratos que são classificados como arrendamentos operacionais de acordo com as normas atuais. Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituirão os valores reconhecidos como despesas de locação de acordo com as normas de arrendamento atuais. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também será afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

Após as análises realizadas, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 seja o seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos		
Imobilizado (ativos de direito de uso)	<u>62.620</u>	<u>289.734</u>
Passivos		
Passivos de arrendamento	<u>(62.620)</u>	<u>(289.734)</u>
Impacto no Patrimônio Líquido	<u> </u>	<u> </u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção B – Riscos

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para contingências

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões para contingências (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 26).

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, no final do exercício, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 29.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas elaboradas por especialistas internos e revisadas pela Administração e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas, dentre outras, conforme detalhamento na Nota 11 (e).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Mensuração de valor justo nas combinações de negócios

O Grupo efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação do valor justo dos ativos e passivos da combinação e também do ágio.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O Grupo efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos e registra quando a Administração identifica evidência objetiva de perda, nos termos descritos na Nota 2.2.

(e) Intangíveis de vida útil definida e indefinida

O Grupo possui intangíveis identificados oriundos de combinações de negócios ou adquiridos, sendo eles licenças, que possuem vida útil indefinida, e carteira de clientes e marcas, que possuem vida útil definida. As licenças referem-se aos certificados obtidos junto aos órgãos reguladores para que as atividades de ensino possam ser exercidas e as mesmas são emitidas em caráter definitivo, sendo por isso tratadas como vida útil indefinida. No caso das marcas e carteira de clientes entende-se que, sua vida útil é aproximada ao ciclo de entrada e saída dos alunos, ou seja, de 4 a 5 anos.

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) nos intangíveis identificados que possuem vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 29.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A estimativa de vida útil para determinados ativos intangíveis é feita pela Administração com base no seu histórico e experiência no setor com relação ao uso desses intangíveis.

(f) Arrendamentos mercantis

A avaliação da classificação entre arrendamento operacional e financeiro leva em consideração estimativas de valor justo de imóveis arrendados para as atividades do Grupo, bem como estimativas de vida útil dos mesmos considerando o uso na sua operação. As estimativas de valor justo estão baseadas em laudos de terceiros especializados, assim como a vida útil estimada.

(g) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos financeiros que fazem parte das operações do Grupo, são avaliados e reconhecidos no registro inicial os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, não tendo como prática a utilização de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as Unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

O risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo, debêntures, compromissos de arrendamento e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxas pós fixadas ao certificado de depósitos interbancário (CDI). O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, avaliando cenários e levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado (Nota 4.3).

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada, que decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas do Grupo está intimamente associado ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial, o Grupo tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, que vem diminuindo a cada semestre em função da redução na oferta de bolsas pelo Governo Federal e formatura dos alunos antigos.

O Grupo mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição e análise de crédito (SPC e Serasa).

A Administração monitora os riscos de crédito específicos e não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 9 (e), que demonstra também a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo, concentra os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários com instituições financeiras e fundos de investimentos com rating institucional mínimo de brBBB, pela Standard & Poors, BBB(br), pela Fitch Ratings, e Baa1.br, pela Moody's.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem aos fluxos de caixa não descontados e projetados conforme taxas contratuais.

	<u>Até um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Controladora Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos e financiamentos	30.316	28.374	42.205	2.188
Debêntures	114.188	73.051	52.875	
Arrendamento Mercantil	23.751	24.822	53.054	316.929
Compromissos a pagar	862			
	<u>169.118</u>	<u>126.246</u>	<u>148.134</u>	<u>319.117</u>
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos	33.750	31.114	69.374	4.325
Debêntures		116.317	129.675	
Arrendamento Mercantil	23.438	24.495	52.353	350.753
Compromissos a pagar	862			
	<u>58.050</u>	<u>171.926</u>	<u>251.402</u>	<u>355.078</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Até um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Consolidado Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos e financiamentos	30.316	28.374	42.205	2.188
Debêntures	114.188	73.051	52.875	
Arrendamento Mercantil	40.757	42.595	91.040	616.202
Compromissos a pagar	83.250	42.008		
	<u>268.512</u>	<u>186.027</u>	<u>186.120</u>	<u>618.390</u>
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos	34.404	31.114	69.374	4.325
Debêntures		116.317	129.675	
Arrendamento Mercantil	40.757	42.595	91.040	684.302
Compromissos a pagar	80.720	39.818	42.008	
	<u>155.881</u>	<u>229.844</u>	<u>332.097</u>	<u>688.627</u>

(d) Risco regulatório

A análise dos aspectos regulatórios no setor educacional pelo Grupo serve de instrumento para a tomada de decisão por parte do mantenedor, visando melhorar o desempenho da instituição pela identificação de oportunidades de ganhos e impacto de perdas.

O Grupo possui análise periódica de riscos regulatórios, visando mitigar ou minimizar os impactos dos mesmos, principalmente no tocante à disponibilização das vagas relativas ao PROUNI e ao FIES e à compreensão das regras desses programas, e no monitoramento e acompanhamento de manutenções e/ou cursos, no cenário político atual, aguarda posicionamento do novo Governo para avaliar eventuais mudanças no ambiente regulatório, não esperando grande impacto em suas operações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários.

Por apresentar caixa líquido, os índices de alavancagem financeira não são aplicáveis em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, conforme segue:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total de empréstimos e financiamentos bancários	88.850	113.979
Total de debêntures	217.368	200.881
Total de compromissos a pagar	117.454	144.286
Caixa e equivalentes de caixa	(314.731)	(279.286)
Títulos e valores mobiliários	(606.167)	(632.427)
Caixa líquido	(497.226)	(452.567)
Total do patrimônio líquido	1.470.543	1.508.390
Patrimônio líquido mais dívida líquida (Caso aplicável) - Capital total	1.470.543	1.508.390
Índice de alavancagem financeira	Não Aplicável	Não Aplicável

4.3 Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual o Grupo estava exposto na data-base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos cenários diferentes, utilizando as últimas taxas de juros e indicadores de inflação acumulados nos últimos doze meses (Cenário I), e a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade dos indexadores CDI, TJLP e IGP-M com cada cenário.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações	Risco	Cenários de Elevação dos Indexadores		
		(I)	(II)	(III)
Ativo				
Aplicações Financeiras 310.051	CDI	6,40% 19.843	8,00% 24.804	9,60% 29.765
Títulos e Valores Mobiliários 606.167	CDI	6,40% 38.795	8,00% 48.493	9,60% 58.192
Passivo				
Finame (11.932)	TJLP	6,98% (833)	8,73% (1.041)	10,47% (1.249)
IFC (76.918)	CDI	6,40% (4.923)	8,00% (6.153)	9,60% (7.384)
Debêntures (217.368)	CDI	6,40% (13.912)	8,00% (17.389)	9,60% (20.867)
Compromissos a pagar (41.669)	CDI	6,40% (2.667)	8,00% (3.334)	9,60% (4.000)
Compromissos a pagar (75.785)	IGP-M	7,55% (5.722)	9,44% (7.152)	11,33% (8.583)
Posição Líquida		30.582	38.228	45.873
Cenários de Queda dos Indexadores				
Operações	Risco	(I)	(II)	(III)
Ativo				
Aplicações Financeiras 310.051	CDI	6,40% 19.843	4,80% 14.882	3,20% 9.922
Títulos e Valores Mobiliários 606.167	CDI	6,40% 38.795	4,80% 29.096	3,20% 19.397
Passivo				
Finame (11.932)	TJLP	6,98% (833)	5,24% (625)	3,49% (416)
IFC (76.918)	CDI	6,40% (4.923)	4,80% (3.692)	3,20% (2.461)
Debêntures (217.368)	CDI	6,40% (13.912)	4,80% (10.434)	3,20% (6.956)
Compromissos a pagar (41.669)	CDI	6,40% (2.667)	4,80% (2.000)	3,20% (1.333)
Compromissos a pagar (75.785)	IGP-M	7,55% (5.722)	5,66% (4.291)	3,78% (2.861)
Posição Líquida		30.582	22.937	15.291

Considerando as projeções da economia divulgadas pelo Governo Federal, corroborada por economistas do mercado financeiro, estima-se que os índices de inflação medidos pelo IGP-M terão uma queda para patamares que podem ser pouco superiores ao Cenário III de Elevação dos Indexadores e que as taxas de juros medidas pelo CDI e pela TJLP estejam mais próximas do Cenário II de Elevação dos Indexadores.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção C – Informações por segmento

5 Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior presencial, o Grupo está organizado e é gerenciado em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pelo Grupo, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Seção D – Estrutura do Grupo

6 Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incluem as operações do Grupo e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Diretas %		Indiretas %	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	99,99		
UNESPA - União de Ensino Superior do Pará (i)				100,00
ISES - Instituto Santareno de Educação Superior (i)				100,00
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99		
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. (iii)		99,99		
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99		
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	99,99		
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	99,99		
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99		
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. (ii)			100,00	100,00
Sociedade Universitária Miletto Ltda. (ii)			100,00	100,00
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	99,99		
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99		
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99		
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda	99,99	99,99		
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	99,99		
CESP - Centro de Ensino Superior Piauiense	99,99	99,99		
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	99,99	99,99		
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	99,99	99,99		
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99		
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	99,99		
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	99,99	99,99		
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	99,99	99,99		
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda. (iv)	99,99			

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e Instituto Santareno de Educação Superior – ISES foram incorporadas pelo Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda em 31 de dezembro de 2017.
- (ii) A Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. e a Sociedade Universitária Mileto Ltda. são controladas indiretas da Companhia através do CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.
- (iii) A Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. – ADEA foi incorporada pela Controladora em 30 de abril de 2018;
- (iv) Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda. passou a ser uma controlada no 4º trimestre de 2018.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apenas são consolidados da data em que o controle foi adquirido pela Companhia em diante.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Investimentos (Controladora):

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	31 de dezembro de 2018		
					Valor do Investimento	Goodwill (Nota 11(c))	Total
Controladas Diretas							
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	13.797	5.137	13.797	4.140	17.937
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	(298)	(786)	(298)		(298)
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	151.434	5.822	151.434		151.434
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	259	1.264	259		259
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	29.441	9.240	29.441	4.362	33.803
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	212.390	103.799	212.390		212.390
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	2.261	1.385	2.261		2.261
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00		6.177		5.125	5.125
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	37.667	1.475	37.667	8.405	46.072
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	99,99	100,00	2.196	605	2.196		2.196
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	48.079	8.292	48.546	1.043	49.589
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	32.670	19.920	33.931	959	34.890
Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP Teresina	99,99	100,00	11.753	13.193	15.031	8.662	23.693
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança	99,99	100,00	13.816	15.172	13.816		13.816
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - Fap Parnaíba	99,99	100,00	14.306	19.741	18.419	5.360	23.779
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99	31		31		31
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	10.854	3.725	13.274	573	13.847
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL	99,99	100,00	1.268	(557)	1.268	2.232	3.500
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE	99,99	100,00	7.014	(1.754)	9.794	3.521	13.315
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais	99,99	100,00	(60)	(161)	(60)		(60)
Aquisição de Manutenções							
Faculdade Decisão - FADE				(20)	2.220	1.028	3.248
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA					3.000		3.000
Total Controladas Diretas			588.878	211.669	608.417	45.410	653.827
Controladas Indiretas							
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - UNG				2.397	113.600	43.590	157.190
Sociedade Universitária Miletto Ltda. - FAMIL				994	4.500	1.346	5.846
Total Controladas Indiretas				3.391	118.100	44.936	163.036
Aquisição de Manutenções Indiretas							
Sociedade Metodista Bennet					10.000		
Total do Goodwill						90.346	

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Participação Direta	Participação Indireta	Patrimônio Líquido	Equivalência Patrimonial	31 de dezembro de 2017		
					Valor do Investimento	Goodwill (Nota 11(c))	Total
Controladas Diretas							
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	100,00	16.362	5.601	16.362	4.140	20.502
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	99,99	100,00	338	281	338		338
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	113.237	(11.897)	113.237		113.237
Educred - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	100,00	310	1.266	310		310
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	99,99	100,00	25.552	12.473	25.552	4.362	29.914
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda	99,99	100,00	229.327	99.034	229.327		229.327
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	100,00	2.189	2.735	2.189		2.189
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	99,99	100,00	33.108	9.401	33.108	5.125	38.233
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	100,00	43.310	4.225	43.310	8.405	51.715
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	100,00	1.085	(2.372)	1.085		1.085
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	99,99	100,00	45.176	7.457	45.649	1.043	46.692
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	99,99	100,00	22.792	23.756	24.053	959	25.012
Centro de Ensino Superior Piauiense - FAP Teresina	99,99	100,00	13.767	11.186	17.146	8.662	25.808
Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - FAP Aliança	99,99	100,00	10.059	14.370	10.059		10.059
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. - Fap Parnaíba	99,99	100,00	20.388	17.925	24.640	5.360	30.000
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99					
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.	99,99	100,00				120	120
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	100,00	8.725	4.296	11.225	573	11.798
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda. - FAL	99,99	100,00	1.408	(398)	1.348	2.232	3.580
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda. - FASE	99,99	100,00	2.931	(1.527)	5.791	3.521	9.312
Aquisição de Mantenças							
Faculdade Decisão - FADE				(20)	2.240	1.028	3.268
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA				1.200	3.000		3.000
Total Controladas Diretas			590.064	198.992	609.969	45.530	655.499
Controladas Indiretas							
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA		100,00	66.834	61.233	125.234	87.136	212.370
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT		100,00	10.623	12.345	18.923	5.320	24.243
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - UNG		100,00	15.425	(13.155)	129.025	43.591	172.616
Sociedade Universitária Mileto Ltda. - FAMIL		100,00	459	(358)	4.959	1.346	6.305
Aquisição de Mantenças Indiretas							
Sociedade Metodista Bennet					10.000		
Total Controladas Indiretas			93.341	60.065	288.141	137.393	415.534
Total do Goodwill						182.923	

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas (Controladora):

	Controladora	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
No início do período/exercício	655.499	594.547
Aumento de capital	45.916	35.717
Participação nos lucros de subsidiárias	211.669	198.992
Lucros recebidos de subsidiárias	(203.368)	(173.757)
Adoção de novas práticas - IFRS 9	(20.578)	
Baixa de ágio	(120)	
Baixa por incorporação	(35.192)	
No final do exercício	653.827	655.499

Os montantes de aumento de capital e distribuição de lucros estão demonstrados conforme segue:

Controlada	Aumento de Capital	Distribuição de Lucros
CETEBÁ - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.		(7.393)
Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda		(113.956)
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.		(1.530)
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	461	
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	5.796	
Sociedade de Ensino e Pesquisa de Sergipe - SESPS		(4.787)
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	37.400	(1.354)
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	1.339	(7.521)
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.		(4.635)
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda		(8.513)
CESP - Centro de Ensino Superior Piauiense		(14.685)
CIESPI - Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.		(10.894)
FMN Clínica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.	150	
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.		(25.485)
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	640	
EDUCRED - Adm de Crédito Educ. e Cobrança		(1.315)
Uninassau Participações	29	
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais	101	
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.		(1.298)
Total 2018	45.916	(203.368)
Total 2017	35.717	(173.757)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas

7 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes	920	1.107	4.680	7.494
Contas a receber de clientes	61.166	114.616	179.421	329.067
	<u>62.086</u>	<u>115.723</u>	<u>184.101</u>	<u>336.561</u>
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes	235.195	268.632	310.051	271.792
Títulos e valores mobiliários	581.194	617.772	606.167	632.427
Contas a receber Educured	11.674	6.137	35.006	16.711
	<u>828.063</u>	<u>892.541</u>	<u>951.224</u>	<u>920.930</u>
	<u>890.149</u>	<u>1.008.264</u>	<u>1.135.325</u>	<u>1.257.491</u>
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivos financeiros registrados ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	88.850	113.348	88.850	113.979
Debêntures	217.368	200.881	217.368	200.881
Arrendamentos mercantis	137.919	140.372	238.259	244.240
Partes relacionadas	12.859	51.561		
Fornecedores	12.240	12.363	33.921	31.422
Compromissos a pagar	862	862	117.454	144.286
	<u>470.098</u>	<u>519.387</u>	<u>695.852</u>	<u>734.808</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto a valor presente, utilizando-se juros de mercado em 31 de dezembro de 2018 não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital do Grupo, que se assemelha a taxa dos contratos efetuados.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Numerários em caixa	66	63	159	180
Bancos - conta corrente	854	1.044	4.521	7.314
Aplicações financeiras	235.195	268.632	310.051	271.792
Caixa e equivalentes de caixa	236.115	269.739	314.731	279.286
Aplicações financeiras	581.194	617.772	606.167	632.427
Títulos e Valores Mobiliários	581.194	617.772	606.167	632.427
Total	817.309	887.511	920.898	911.713

Os caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível no Grupo, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez diária, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados destinam-se ao financiamento da expansão de seu negócio, por meio de: (i) aquisições; e (ii) investimentos em seu crescimento orgânico, que engloba a expansão e infraestrutura de polos da rede de ensino a distância e investimentos para a instalação de novas unidades presenciais.

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos de renda fixa, conservadores, com papéis indexados ao DI e com carteiras majoritariamente aplicadoras em títulos públicos e papéis de instituições financeiras, além de compromissadas com lastro em debêntures, sendo produtos pertencentes às carteiras das instituições financeiras, sem risco para o grupo, e CDB, sendo eles títulos emitidos por instituições financeiras, todas demonstradas abaixo:

Tipo	Remuneração média	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Compromissadas (i)	76,14% do CDI	3.403	10.681	3.403	13.707
CDB	100,02% do CDI	231.792	257.951	306.648	258.085
	Aplicações financeiras	235.195	268.632	310.051	271.792
Compromissadas	76,14% do CDI	231.253	232.850	239.960	247.505
Fundos de Investimentos	101,71% do CDI	349.941	384.922	366.207	384.922
	Títulos e valores mobiliários	581.194	617.772	606.167	632.427

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Mensalidades de alunos (a)	46.248	29.201	125.616	92.106
FIES a receber (b)	18.766	76.397	62.120	206.600
Acordos a receber (c)	21.814	20.135	66.277	70.315
Creditos educativos a receber (d)	17.177	9.329	52.737	27.890
Outros	11.008	5.553	19.359	8.904
Total	115.013	140.615	326.109	405.815
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(36.756)	(22.953)	(94.037)	(65.715)
(-) Ajuste a valor presente Educured	(5.417)	(3.046)	(17.645)	(11.033)
	72.840	114.616	214.427	329.067
(-) Circulante	(64.009)	(111.151)	(185.560)	(317.358)
Não circulante	8.831	3.465	28.867	11.709

Os recebíveis não circulantes referem-se aos créditos educativos a receber, conforme Nota 9 (d), com prazos superiores a 365 dias.

(a) Mensalidades de alunos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição dos vencimentos dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Vencidas até 30 dias	9.525	6.069	24.908	17.708
Vencidas de 31 a 60 dias	8.366	4.097	22.175	13.493
Vencidas de 61 a 90 dias	6.853	3.667	20.208	12.419
Vencidas de 91 a 180 dias	10.509	6.332	25.937	20.041
Vencidas há mais de 180 dias	10.995	9.036	32.388	28.445
	46.248	29.201	125.616	92.106

Parte do fluxo mensal do contas a receber de mensalidade de alunos é dada em garantia de empréstimos e financiamentos da Companhia junto ao Internacional Finance Corporation (IFC) (Nota 15(c)) em montante equivalente a 25% contratado da dívida.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Créditos parcelados (i)		52.714		133.554
Valores não parcelados	18.766	23.683	62.120	73.046
Créditos FIES a Receber	18.766	76.397	62.120	206.600

Os créditos educativos a receber - Sistema FIES, estão representados pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e pelo Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários do Grupo, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Os valores em aberto referem-se às parcelas dos alunos rematriculados no FIES pendentes de repasse pelo Governo Federal, compostas basicamente por parte das mensalidades anteriores a dezembro de 2018 e ainda não liberadas pelo FNDE.

- (i) Em 3 de fevereiro de 2016, o Grupo assinou o termo de acordo judicial firmado entre as Instituições de Ensino Superior - IES associadas à Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior - ABRAES e a União Federal para recebimento dos créditos do FIES não quitados pelo FNDE durante o ano de 2015. Os recebimentos foram efetuados em três parcelas anuais com vencimento até junho de cada ano, corrigidas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data de seu respectivo vencimento no ano de 2015 até o efetivo recebimento. As três parcelas programadas foram recebidas nos meses de agosto de 2016, 2017 e 2018, quitando assim o referido acordo.

Em 6 de julho de 2017, o Governo Federal publicou a medida provisória (MP 785/2017) que trata de alterações da Lei nº10.260, de 12 de julho de 2001, referente ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Após aprovação na Câmara e no Senado a MP 785/2017 foi convertida na Lei nº 13.530 de 7 de dezembro de 2017, sancionada pela Presidência da República. Dentre as principais alterações para a Lei que entrou em vigor em 2018 podemos destacar:

- Exclusão da carência para início de pagamento das parcelas do financiamento e alteração do prazo para pagamento do financiamento;
- Criação de fundos regionais de desenvolvimento e uso dos fundos constitucionais regionais para custeamento do programa;

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Constituição do (i) FIES Público, com recursos do FNDE e operado pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, (ii) FIES Privado Regional, com recursos dos fundos constitucionais regionais, e (iii) FIES Privado Nacional, com recursos do BNDES. O FIES Privado Regional e o FIES Privado Nacional serão operados por instituições financeiras; e
- Aumento no percentual de contribuição ao fundo garantidor, assim como o limite da responsabilidade de cada instituição de ensino, baseada na inadimplência individual gerada pela carteira de alunos, para o FIES Público.

O referido Fundo passou por diversos ajustes operacionais ao longo desse ano, tendo sido responsável pelo ingresso de 3.942 alunos em 2018. Pela regra do antigo FIES, o referido Fundo foi responsável pelo ingresso de 15.168 alunos, no mesmo período de 2017.

(c) Acordos a receber

A Administração do Grupo mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para o outro. Os acordos a receber de alunos referem-se a renegociações dos alunos inadimplentes com o Grupo, que oferece meios de pagamento ao aluno considerando seus respectivos limites de crédito, e se necessário, solicita a presença de fiador para o crédito concedido. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a análise do vencimento dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
A vencer	6.122	3.563	18.523	14.744
Vencidas até 30 dias	2.393	1.799	7.655	6.756
Vencidas de 31 a 60 dias	2.280	1.834	7.213	6.720
Vencidas de 61 a 90 dias	2.130	1.734	6.641	6.368
Vencidas de 91 a 180 dias	4.126	4.144	12.029	14.502
Vencidas há mais de 180 dias	4.763	7.061	14.216	21.225
	<u>21.814</u>	<u>20.135</u>	<u>66.277</u>	<u>70.315</u>

(d) Créditos educativos a receber

Créditos educativos a receber estão representados pelos créditos educacionais do Educred e da Fundacred (Fundação de Crédito Educativo), cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pelo Grupo, e estão registrados a valor presente. Tais recursos financeiros serão repassados à Companhia e suas controladas após a formatura dos respectivos alunos. Em 2018, a Companhia intensificou a campanha de captação de alunos, através do crédito educativo privado, aumentando a base de alunos, que passou de 2.390 em 31 de dezembro de 2017 para 3.952 em 31 de dezembro de 2018.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Educred	17.091	9.183	52.651	27.744
Fundacred	86	146	86	146
	17.177	9.329	52.737	27.890
(-) Ajuste a valor presente Educred	(5.417)	(3.046)	(17.645)	(11.033)
	11.760	6.283	35.092	16.857
(-) Circulante	(8.346)	(5.864)	(23.870)	(16.181)
Não circulante	8.831	3.465	28.867	11.709

Em 31 de dezembro de 2018, a composição dos vencimentos dos saldos de crédito educativo a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
A vencer	10.403	5.141	31.768	14.613
Vencidas até 30 dias	197	144	475	311
Vencidas de 31 a 60 dias	173	102	435	232
Vencidas de 61 a 90 dias	151	96	415	215
Vencidas de 91 a 180 dias	401	269	1.061	515
Vencidas há mais de 180 dias	435	531	938	971
	11.760	6.283	35.092	16.857

Os valores a vencer contemplam o ajuste a valor presente do saldo do montante de R\$ 17.645 no consolidado, sendo R\$ 3.179 referente aos alunos contratados no período de julho a dezembro de 2018, totalizando R\$ 5.417 entre janeiro e dezembro de 2018, reconhecido como receita bruta no resultado do exercício.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) reflete a perda esperada do contas a receber de acordo com a inadimplência dos últimos 12 meses por aluno, por título e para cada faixa de vencimento, exceto para os créditos educativos oriundos de programas do Governo Federal (FIES).

Conforme descrito na Nota 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2018 a PCLD de acordos, mensalidades e créditos educativos próprios e de terceiros passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 – CPC 48. Até 31 de dezembro de 2017, a PCLD correspondia ao saldo de 100% das mensalidades vencidas há mais de 180 dias.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cálculo da PCLD para alunos que possuem o crédito educativo do FIES, no âmbito do programa anterior, foi realizado da seguinte forma:

- (i) Para alunos do FIES com fiador, e FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo: foi constituída provisão para o percentual de 4,05% do contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 27% de inadimplência, ou seja, 0,405%;
- (ii) Para os financiamentos garantidos pelo FGEDUC: sobre o risco não coberto foi constituída provisão para os 10% de responsabilidade das mantenedoras sobre os 15% de risco de crédito e considerada uma estimativa de 27% de inadimplência, ou seja, 0,405%; e
- (iii) No âmbito do novo FIES, a provisão é feita considerando-se o percentual de 13% do valor da parcela do aluno. Sobre as mensalidades desses alunos não são mais calculados os encargos do FGEDUC e as taxas administrativas.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes do Grupo está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
No início do período / exercício	(22.953)	(14.839)	(65.715)	(44.613)
Adoção ao IFRS 9 (Nota 2.2)	(5.179)		(25.757)	
Baixa de créditos incobráveis	22.961	11.510	85.678	43.093
Provisão para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber	<u>(31.585)</u>	<u>(19.624)</u>	<u>(88.243)</u>	<u>(64.195)</u>
No final do exercício	<u>(36.756)</u>	<u>(22.953)</u>	<u>(94.037)</u>	<u>(65.715)</u>

O Grupo efetua trimestralmente a baixa definitiva dos créditos considerados incobráveis dos títulos vencidos há mais de 360 dias.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributos a recuperar (Circulante)				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.748	2.603	6.722	5.760
Imposto sobre serviço - ISS		1.376		4.265
Pis e cofins a compensar	1.011	965	1.523	1.519
Outros			9	
	<u>6.759</u>	<u>4.944</u>	<u>8.254</u>	<u>11.544</u>
Tributos a recolher				
Imposto de renda e contribuição social			2.590	1.564
Imposto de renda retido na fonte	1.939	1.659	6.056	6.818
Imposto sobre serviço - ISS	1.912	1.810	5.765	6.586
Parcelamento de tributos	824	1.197	1.786	2.100
PIS e COFINS	246	267	450	440
IPTU a recolher	12		46	
Outros	84	63	109	489
	<u>5.017</u>	<u>4.996</u>	<u>16.802</u>	<u>17.997</u>
(-) Circulante	<u>(4.575)</u>	<u>(4.203)</u>	<u>(15.648)</u>	<u>(16.220)</u>
Não circulante	<u>442</u>	<u>793</u>	<u>1.154</u>	<u>1.777</u>

11 Intangível

(a) Controladora

Taxas anuais de Amortização	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Amortização	Saldo	Saldo
Marcas e patentes		567	567	567
Licenças e implantações de software	20%	34.994	(22.418)	14.842
Licenças de operação	33%	11.958	(9.529)	4.576
Convênios	25%	6.275	(1.290)	4.227
Conteúdo digital	20%	10.526	(3.980)	4.151
Fundo de comércio	20%	5.282	(2.006)	2.724
		<u>69.602</u>	<u>(39.223)</u>	<u>31.087</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2018
Marcas e patentes	567				567
Licenças e implantações de software	14.842	3.637		(5.921)	12.576
Licenças de operação	4.576	1.371	(1.194)	(2.452)	2.429
Convênios	4.227	1.042		(284)	4.985
Conteúdo digital	4.151	3.816		(1.421)	6.546
Fundo de comércio	2.724	1.613		(1.061)	3.276
	<u>31.087</u>	<u>11.479</u>	<u>(1.194)</u>	<u>(11.139)</u>	<u>30.379</u>

(b) Consolidado

	Taxas anuais de Amortização	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Amortização	Saldo	Saldo
Marcas e patentes		610		610	610
Licenças e implantações de software	20%	42.918	(29.667)	13.251	16.028
Licenças de operação	33%	20.446	(16.584)	3.862	6.464
Convênios	25%	7.524	(1.939)	5.585	4.483
Carteira de alunos	25%	197		197	197
Conteúdo digital	20%	10.526	(3.980)	6.546	4.151
Fundo de comércio	20%	5.300	(2.018)	3.282	2.734
Goodwill		182.803		182.803	182.923
Intangíveis identificados em aquisições		219.228	(10.997)	208.231	210.921
		<u>489.552</u>	<u>(65.185)</u>	<u>424.367</u>	<u>428.511</u>

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2018
Marcas e patentes	610				610
Licenças e implantações de software	16.028	3.637		(6.414)	13.251
Licenças de operação	6.464	2.853	(1.653)	(3.802)	3.862
Convênios	4.483	2.011		(909)	5.585
Carteira de alunos	197				197
Conteúdo digital	4.151	3.816		(1.421)	6.546
Fundo de comércio	2.734	1.613		(1.065)	3.282
Goodwill	182.923		(120)		182.803
Intangíveis identificados em aquisições	210.921			(2.690)	208.231
	<u>428.511</u>	<u>13.930</u>	<u>(1.773)</u>	<u>(16.301)</u>	<u>424.367</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) *Goodwill*

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o *goodwill* apurado nas combinações de negócios que estava representado da seguinte forma:

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	4.140	4.140
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	8.405	8.405
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	4.362	4.362
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. (i)	5.125	5.125
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda	1.043	1.043
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	959	959
CESP - Centro de Ensino Superior Piauiense	8.662	8.662
Sociedade de Ensino Superior Piauiense	5.360	5.360
Nassau Escola de Aviação Civil Ltda.		120
FADE - Faculdade Decisão	1.028	1.028
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	573	573
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda	2.232	2.232
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	43.590	43.590
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	3.521	3.521
Sociedade Universitária Mileto Ltda	1.346	1.346
	<u>90.346</u>	<u>90.466</u>
<u>Sociedades incorporadas</u>		
UNESPA - União de Ensino Superior do Pará (ii)	87.137	87.137
ISES - Instituto Santareno de Educação Superior (ii)	5.320	5.320
	<u>182.803</u>	<u>182.923</u>

O *goodwill* apurado nas aquisições em investimentos possui vida útil indefinida, sujeitando-se ao teste de recuperabilidade efetuado anualmente. Vide item (e) desta Nota.

- (i) A incorporação da ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado pela Controladora ocorreu em 30 de abril de 2018;
- (ii) Refere-se ao ágio da UNESPA – União de Ensino Superior do Pará e ISES – Instituto Santareno de Educação Superior que foram incorporadas pela ICES em 31 de dezembro de 2017.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Intangíveis identificados em aquisições

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os intangíveis identificados apurados nas aquisições de investimentos estava representado da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017			
	Licenças de cursos (i)	Marcas (ii)	Carteira de Clientes (ii)	Total	Licenças de cursos (i)	Marcas (ii)	Carteira de Clientes (ii)	Total
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda - SESPS	467		200	667	467		200	667
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda	1.261			1.261	1.261			1.261
Centro de Ensino Superior Piauiense - CESP	4.404	508		4.912	4.404	508		4.912
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	5.996	692		6.688	5.996	692		6.688
Faculdade Decisão - FADE	2.200	100		2.300	2.200	100		2.300
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	2.400	100		2.500	2.400	100		2.500
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA	3.000			3.000	3.000			3.000
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda	2.700	400		3.100	2.700	400		3.100
Sociedade Universitária Miletto Ltda	4.500			4.500	4.500			4.500
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	90.600	17.400	5.600	113.600	90.600	17.400	5.600	113.600
Sociedade Metodista Bennett (Nota 11.f)	10.000			10.000	10.000			10.000
Total	127.528	19.200	5.800	152.528	127.528	19.200	5.800	152.528
Amortização acumulada		(3.663)	(4.520)	(8.183)		(2.723)	(3.474)	(6.197)
	127.528	15.537	1.280	144.345	127.528	16.477	2.326	146.331
Sociedades incorporadas								
União de Ensino Superior do Pará – UNESPA (iii)	45.500	12.100	800	58.400	45.500	12.100	800	58.400
Instituto Santareno de Educação Superior – ISES (iii)	7.600	700		8.300	7.600	700		8.300
Total	53.100	12.800	800	66.700	53.100	12.800	800	66.700
Amortização acumulada		(2.173)	(640)	(2.813)		(1.630)	(480)	(2.110)
	53.100	10.627	160	63.887	53.100	11.170	320	64.590
	180.628	26.164	1.440	208.232	180.628	27.647	2.646	210.921

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) As licenças de cursos adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.
- (ii) As marcas e carteira de clientes adquiridas através de combinação de negócios foram registradas inicialmente pelo seu valor justo. Esses ativos intangíveis identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização, sendo a taxa média anual de marcas de 4% e de carteira de clientes de 20%.
- (iii) As sociedades UNESPA e ISES foram adquiridas pela ICES em outubro de 2014 e incorporadas em 31 de dezembro de 2017.

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida

O *goodwill* e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às unidades geradoras de caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas unidades que se beneficiam da transação e que não geram benefícios econômicos para o Grupo.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em premissas financeiras aprovadas pela Administração. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram projetados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

Até 31 de dezembro de 2017, os efeitos da inflação medida através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA eram incorporados nas taxas de crescimento e de desconto nas projeções de fluxo de caixa (taxas nominais). A partir de 2018, a Companhia passou a utilizar as taxas reais, sem o efeito de qualquer índice de inflação.

Abaixo demonstramos as premissas utilizadas nas projeções:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Margem bruta (a)	55,6%	55,5%
Taxa de crescimento (b)	2,8%	6,6%
Taxa de desconto	9,0%	12,8%

- (a) Margem bruta orçada refere-se a receita líquida deduzida do custo com pessoal, custo com alugueis, custo com concessionárias, custo com serviços prestados e outros custos. A Administração determinou essa margem com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado; e
- (b) Taxa de crescimento nominal constante estimada, usada para projetar receitas e outros custos, cujas médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central (Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS).

Para cenários de sensibilidade dos testes de *impairment* foram alteradas as premissas do capital de giro, da taxa de crescimento, da taxa de desconto e das margens, e ainda assim o Grupo não teria reconhecido qualquer perda por *impairment*.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) **Sociedade Metodista Bennet – atual Univeritas Rio de Janeiro**

Em conexão com a estratégia de expansão geográfica do Grupo, em 26 de março de 2015, a Companhia adquiriu, através de sua subsidiária União de Ensino Superior do Pará - UNESPA, a manutenção do Centro Universitário Bennet (“Bennet”), instituição de ensino superior licenciada no Rio de Janeiro – RJ, pelo valor de R\$ 10.000, baseado no valor aproximado de investimentos para credenciamento dos cursos atrelados à manutenção. Por se tratar de Contrato de Cessão de Credenciamento e Licenças de Operação, a Companhia entende se tratar da aquisição de ativos e não uma combinação de negócios, desta forma, o investimento efetuado é tratado como ativo intangível atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativos Intangíveis.

As principais justificativas para entrada no mercado do Rio de Janeiro, através da compra dessa manutenção foram as seguintes:

- A Bennet era bastante reconhecida na cidade e o prédio da mesma já estava pronto para uma operação de ensino (salas, auditórios, etc) e com excelente localização;
- Possibilidade de massificação da entrada no Sudeste do país, visto que a UNG havia sido adquirida recentemente, de acordo com a estratégia de abrangência nacional da Ser;
- Em 2014, as principais universidades do RJ foram descredenciadas pelo MEC por baixo desempenho acadêmico e insuficiência financeira; e
- Por ser um Centro Universitário, há uma autonomia para abertura de unidades na cidade do Rio de Janeiro, diante da nova regulamentação do MEC.

As premissas chaves utilizadas pela administração para elaboração da viabilidade financeira e consequente projeção de fluxo de caixa da Univeritas/RJ foram baseadas em previsões aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração, considerando a experiência do Grupo no crescimento orgânico de diversas unidades com o mesmo perfil de atuação e operação, sendo consistente no uso de fontes externas. Seguem abaixo as principais características:

- As previsões de caixa futuros foram projetados em termos reais e projetadas por semestre;
- As previsões foram baseadas no fluxo de 8 anos, uma vez que a Administração entende que o tempo de maturação desta manutenção no Rio de Janeiro é mais longa, haja vista os aspectos econômicos e sociais enfrentados pelo Estado. A Administração entende e com base no seu histórico no segmento, avalia que uma marca consolidada em um mercado de atuação, tende a ter um tempo de maturação menor do que uma unidade nova, principalmente em localidades cuja marcas do Grupo não possuem inserção;
- Taxa de crescimento médio anual das receitas durante o fluxo de 8 anos foi de 4,6%, que levou em conta a quantidade de alunos matriculados x ticket médio do aluno por curso, sem considerar a aprovação dos novos cursos que já foram solicitados ao MEC;
- Determinados gastos com custos dos serviços prestados e com despesas que são considerados como diligenciáveis, foram projetados em percentual sobre a ROL acima do percentual médio dos gastos do Grupo;
- As despesas com publicidade e propaganda, que são gastos diligenciáveis, também foram projetadas em percentuais acima do percentual médio dos gastos do Grupo, uma vez que demandam maior esforço por sua marca ainda não estar consolidada no Rio de Janeiro;

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- A taxa de desconto utilizada foi de 9,0%, que é a WACC real, e reflete a taxa antes do benefício fiscal dos impostos; e
- Taxa de crescimento na perpetuidade de 2,8 % ao ano, que reflete o PIB de Serviços projetado para o último ano do fluxo de 8 anos. Essa mesma taxa foi utilizada para o crescimento das receitas líquidas e dos principais custos e despesas já a partir do 5º ano do fluxo.

As projeções de fluxo de caixa elaboradas com base nas premissas acima indicaram que a recuperabilidade do ativo está concentrada na perpetuidade do fluxo.

Adicionalmente, a administração do Grupo procedeu ao teste de valor justo, que, conforme preceitua o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, é “o preço que seria recebido pela venda do ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.”.

A Administração do Grupo mantém o monitoramento constante da performance do ativo em relação às projeções realizadas, assim como das condições econômicas e mercadológicas que afetam o negócio, para avaliar a necessidade de impairment. Com base nestas previsões não foi identificado impairment do ativo em questão.

12 Imobilizado

(a) Composição do saldo – Controladora

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Saldo	Saldo
Terrenos		25.257		25.257	25.257
Edificações e benfeitorias	4%	215.885	(49.274)	166.611	159.824
Propriedades em arrendamentos mercantis	4%	151.638	(52.782)	98.856	104.908
Veículos e aeronaves	6% e 10%	27.456	(7.566)	19.890	21.092
Equipamentos e instalações	10%	55.194	(20.474)	34.720	25.923
Móveis e utensílios	10%	22.494	(10.425)	12.069	10.487
Computadores	20%	29.247	(19.038)	10.209	10.163
Livros	20%	37.858	(18.545)	19.313	16.090
Total em operação		565.029	(178.104)	386.925	373.744
Obras em andamento		40.947		40.947	24.669
Total imobilizado		605.976	(178.104)	427.872	398.413

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Efeitos da incorporação	Saldos em 31/12/2018
Terrenos	25.257					25.257
Edificações e benfeitorias	159.824	10.300		(12.537)	9.024	166.611
Propriedades em arrendamentos mercantis	104.908			(7.431)	1.379	98.856
Veículos e aeronaves	21.092	776		(1.978)		19.890
Equipamentos e instalações	25.923	10.366	(41)	(4.442)	2.914	34.720
Móveis e utensílios	10.487	2.667	(63)	(1.969)	947	12.069
Computadores	10.163	4.313	(108)	(4.422)	263	10.209
Livros	16.090	4.433		(2.773)	1.563	19.313
Total em operação	373.744	32.855	(212)	(35.552)	16.090	386.925
Obras em andamento	24.669	16.184			94	40.947
Total imobilizado	398.413	49.039	(212)	(35.552)	16.184	427.872

(b) Composição do saldo – Consolidado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Saldo	Saldo
Terrenos		25.257		25.257	25.257
Edificações e benfeitorias	4%	326.210	(70.286)	255.924	254.833
Propriedades em arrendamentos mercantis	4%	258.340	(76.814)	181.526	194.309
Veículos e aeronaves	6% e 10%	28.567	(8.516)	20.051	21.317
Equipamentos e instalações	10%	146.172	(61.635)	84.537	71.543
Móveis e utensílios	10%	47.424	(24.136)	23.288	22.625
Computadores	20%	54.997	(40.677)	14.320	16.013
Livros	20%	84.300	(46.068)	38.232	34.321
Total em operação		971.267	(328.132)	643.135	640.218
Obras em andamento		46.756		46.756	26.617
Total imobilizado		1.018.023	(328.132)	689.891	666.835

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2018
Terrenos	25.257				25.257
Edificações e benfeitorias	254.833	19.430		(18.339)	255.924
Propriedades em arrendamentos mercantis	194.309			(12.783)	181.526
Veículos e aeronaves	21.317	787		(2.053)	20.051
Equipamentos e instalações	71.543	24.077	(53)	(11.030)	84.537
Móveis e utensílios	22.625	4.438	(65)	(3.710)	23.288
Computadores	16.013	5.264	(175)	(6.782)	14.320
Livros	34.321	9.261		(5.350)	38.232
Total em operação	640.218	63.257	(293)	(60.047)	643.135
Obras em andamento	26.617	20.139			46.756
Total imobilizado	666.835	83.396	(293)	(60.047)	689.891

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos em Edificações e benfeitorias, Equipamentos e instalações, e Obras em andamento referem-se basicamente à construção e reforma nos prédios no campi de Fortaleza, Caruaru, Olinda e Recife.

(c) Outras informações

(c.i) Propriedades em arrendamentos mercantis

O Grupo possui contratos de aluguéis que foram avaliados como arrendamento financeiro e encontram-se classificados no imobilizado em contrapartida do passivo, como segue:

Tipo	Prazo de amortização	Custo	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
				Saldo	Saldo
Edifícios - Controladora	20 anos	151.638	(52.782)	98.856	104.908
Edifícios - Consolidado	20 anos	258.340	(76.814)	181.526	194.309

(c.ii) Garantia de bens

O Grupo possui contratos de empréstimos (*leasings* e *Finames*) de veículos, aeronave, máquinas e equipamentos e equipamentos de informática, os quais alienam fiduciariamente os bens adquiridos, em 31 de dezembro de 2018, a Controladora e o Consolidado, possuía R\$ 18.548 (respectivamente R\$ 22.887 e R\$ 28.116, em 31 de dezembro de 2017), relativos a garantia desses contratos.

Adicionalmente, há prédios, máquinas e equipamentos de informática dados em garantia de processos judiciais no montante total de R\$ 13.465 (R\$ 12.925 em 31 de dezembro de 2017).

(d) Custo de empréstimo capitalizado

O Grupo possui em andamento a construção de novos projetos, relativos a novas unidades e reformas. Conforme comentado na Nota 15(a), durante 2015, foram obtidos dois financiamentos para custear esses empreendimentos, cujo valor dos custos de empréstimo capitalizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.248, registrado reduzindo a despesa de juros (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 2.427). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização representa a taxa efetiva do referido empréstimo.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores nacionais	12.025	12.282	33.511	31.156
Prestadores de serviços nacionais	215	81	410	266
	<u>12.240</u>	<u>12.363</u>	<u>33.921</u>	<u>31.422</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Compromissos a pagar

Os compromissos a pagar decorrem das seguintes aquisições:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
FAL	115	115	115	115
FASE	747	747	747	747
UNAMA e FIT (*)			41.669	41.670
UNG			74.023	100.854
FAMIL			900	900
	<u>862</u>	<u>862</u>	<u>117.454</u>	<u>144.286</u>

(*) O saldo inclui valores relativos a divergências na apuração de ressarcimentos do endividamento líquido e de contingências definidas contratualmente, que estão sendo discutidos em esfera competente e podem não ser integralmente pagos pelo Grupo.

As parcelas apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Até um ano	862	862	82.770	80.720
Entre um e dois anos			34.684	30.932
Entre dois e três anos				32.634
	<u>862</u>	<u>862</u>	<u>117.454</u>	<u>144.286</u>

15 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
IFC (i)	CDI + 2,05% a.a.	76.918	99.054	76.918	99.054
Finame	TJLP + 2,50% a 3,50% a.a.	11.932	13.937	11.932	13.975
Leasing	CDI + 0,45% a 1,62% a.m.		357		950
		<u>88.850</u>	<u>113.348</u>	<u>88.850</u>	<u>113.979</u>
(-) Circulante		<u>(24.970)</u>	<u>(25.938)</u>	<u>(24.970)</u>	<u>(26.569)</u>
Não circulante		<u>63.880</u>	<u>87.410</u>	<u>63.880</u>	<u>87.410</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 30 de junho de 2015, o Grupo firmou acordo de financiamento com o International Finance Corporation para custear a construção dos campi de Aracaju (SE) e Fortaleza (CE); modernização e reforma dos campi existentes e novas aquisições. O montante financiado é de R\$ 120.000 que foi liberado em 3 de agosto de 2015, com custos incorridos na captação de R\$1.335. O prazo de pagamento é de sete anos, incluindo carência do principal de dois anos com pagamento de juros nos meses de abril e outubro de cada ano.

Embora trate-se de recursos oriundos no exterior em dólares americanos, o IFC vinculou a operação em reais, sem risco cambial para o Grupo. Não há valores de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda estrangeira.

(b) Movimentação

A movimentação da dívida é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2017	113.348	113.979
Juros incorridos	10.668	10.715
Juros capitalizados (Nota 12(d))	(2.248)	(2.248)
Amortização	(24.980)	(25.630)
Juros amortizados	(7.938)	(7.966)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>88.850</u>	<u>88.850</u>

(c) Garantias

Os Finares e Leasings referem-se principalmente a equipamentos de informática, veículos, televisores, condicionadores de ar, aeronave, entre outros e estão garantidos por alienação fiduciária do bem e/ou recebíveis (Nota 12 (c.ii)). Para o IFC, o Grupo ofereceu garantias na forma de cessão fiduciária de créditos referentes a parte das mensalidades de alunos do Grupo, representando 25% do total do saldo devedor do empréstimo.

(d) Classificação por ano de vencimento

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Entre um e dois anos	23.530	23.530	23.530	23.530
Entre dois e três anos	23.530	23.530	23.530	23.530
Entre três e quatro anos	12.753	23.530	12.753	23.530
Entre quatro e cinco anos	1.952	12.753	1.952	12.753
Acima de cinco anos	2.115	4.067	2.115	4.067
	<u>63.880</u>	<u>87.410</u>	<u>63.880</u>	<u>87.410</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos empréstimos é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital do Grupo, que se assemelha a taxa dos contratos efetuados.

(e) Covenants (cláusulas restritivas)

O empréstimo com o IFC requer a manutenção de índices financeiros (covenants). Os “covenants” são calculados sobre as demonstrações financeiras do Grupo, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos trimestrais findos em 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada exercício social e serão exigidos até a data do vencimento final. Os índices financeiros são:

- o resultado do quociente da divisão do ativo circulante menos despesas antecipadas pelo passivo circulante, liquidez corrente, de no mínimo 1,2;
- o resultado do quociente da divisão da dívida bruta pelo EBTIDA (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”) ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 2,5; e
- o resultado do quociente da divisão do lucro líquido (descontado pelos ajustes sem efeito no caixa) pela projeção de pagamento de juros e amortizações da dívida bruta nos próximos 12 meses. O valor resultante não deve ser inferior a 1,2.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, os “covenants” relativos aos contratos de empréstimos foram analisados e não apresentaram valores fora dos limites estabelecidos contratualmente.

16 Debêntures

Em 10 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples do Grupo, não conversíveis em ações, em duas séries iguais, da espécie quirografária, nos termos da Instrução da CVM n.º 476. Os recursos captados foram utilizados para quitação das debêntures relativas à 1ª emissão e financiamentos do Grupo, o saldo remanescente foi utilizado para reforço de capital de giro. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures incidirão juros correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida de spread de 0,65% ao ano para as Debêntures da Primeira Série e de 1,35% ao ano para as Debêntures da Segunda Série.

A emissão das debêntures foi encerrada em 3 de outubro de 2017, com valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando o montante de R\$ 200.000 com custos incorridos de R\$ 3.302. O prazo de pagamento da Primeira Série é de dois anos com parcela única em 15 de setembro de 2019, e da Segunda Série é de quatro anos com pagamento semestral em 4 parcelas iguais, sendo o primeiro vencimento em 15 de março de 2020 e o último em 15 de setembro de 2021.

As debêntures emitidas pelo Grupo requerem a manutenção de índices financeiros (“covenants”), calculados sobre as demonstrações financeiras do Grupo, que é garantidora da emissão, relativas a cada exercício social findo em 31 de dezembro e foram exigidos a partir de 2017 até data do vencimento final. Os principais índices financeiros são:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”) ajustado, cujo valor resultante não deve ser superior a 2,5, podendo ser 0,5 maior por 4 trimestres consecutivos, no caso de aquisição societária com objeto social semelhante; e
- o resultado do quociente da divisão do EBITDA sobre a despesa financeira líquida considerando os encargos da dívida bancária abatidos dos rendimentos das aplicações financeiras, cujo valor resultante não deve ser inferior a 2,0.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, os “covenants” relativos aos contratos de emissão de debêntures foram analisados e não apresentaram valores superiores aos limites estabelecidos contratualmente.

Caso a Companhia adquira participação societária de empresa com objeto social semelhante ao seu, o índice Dívida Líquida/EBITDA poderá ter um acréscimo de até 0,5 por 4 trimestres consecutivos a contar do trimestre no qual a dívida contraída para aquisição foi feita.

O saldo e vencimento das parcelas estão demonstrados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante		
Até um ano	108.476	2.636
Não circulante		
Entre um e dois anos	54.446	98.968
Entre dois e três anos	54.446	49.587
Entre três e quatro anos		49.690
	<u>108.892</u>	<u>198.245</u>
	<u>217.368</u>	<u>200.881</u>

O valor justo das debêntures é próximo ao seu valor contábil, uma vez que a taxa contratual reflete o valor atualizado para liquidação da operação.

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	200.881
Juros incorridos	<u>16.487</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>217.368</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Participação nos resultados	4.000	3.825	4.000	3.825
Salários a pagar	8.108	7.905	18.708	19.838
Encargos sociais	5.165	4.750	12.104	12.933
Provisão para férias e encargos	19.375	17.733	38.176	37.498
Outros	305	219	704	737
	<u>36.953</u>	<u>34.432</u>	<u>73.692</u>	<u>74.831</u>

18 Obrigações de arrendamento mercantil

O Grupo possui contratos de aluguéis os quais foram classificados como arrendamento financeiro, e encontram-se classificados no imobilizado e nas obrigações de arrendamento mercantil, conforme Nota 12.

Os prazos dos contratos são de dez anos, podendo ser renovados automaticamente por manifestação unilateral do locatário ao final do período, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices INCC ou IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pelo Grupo.

Os contratos foram considerados, no julgamento do Grupo, como arrendamento mercantil financeiro essencialmente pelo prazo dos contratos de aluguel representarem a maior parte da vida econômica dos ativos ou pelo valor justo das edificações e terrenos serem inferiores ao valor presente dos pagamentos mínimos de aluguel. O valor presente dos contratos foi calculado por taxas equivalentes à de captação de transação com risco e natureza similar.

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora		31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	
Circulante:					
Até um ano	22.726	(12.059)	10.667		10.069
Não circulante					
Entre um e dois anos	22.726	(12.059)	10.667		10.069
Entre dois e três anos	22.726	(12.059)	10.667		10.069
Entre três e quatro anos	22.726	(12.059)	10.667		10.069
Acima de quatro anos	208.191	(112.940)	95.251		100.096
	<u>276.369</u>	<u>(149.117)</u>	<u>127.252</u>		<u>130.303</u>
	<u>299.095</u>	<u>(161.176)</u>	<u>137.919</u>		<u>140.372</u>
Consolidado		31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Vencimentos	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	
Circulante:					
Até um ano	38.998	(21.789)	17.209		16.446
Não circulante					
Entre um e dois anos	38.998	(21.789)	17.209		16.446
Entre dois e três anos	38.998	(21.789)	17.209		16.446
Entre três e quatro anos	38.998	(21.789)	17.209		16.446
Acima de quatro anos	395.395	(225.972)	169.423		178.456
	<u>512.389</u>	<u>(291.339)</u>	<u>221.050</u>		<u>227.794</u>
	<u>551.387</u>	<u>(313.128)</u>	<u>238.259</u>		<u>244.240</u>

19 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é representado por 132.951.860 ações ordinárias e 138.812.000 em 31 de dezembro de 2017, nominativas e sem valor nominal, totalizando no período R\$ 987.549. Os gastos incorridos pela Companhia para a emissão de ações realizadas em novembro de 2017, totalizaram R\$ 4.095 registrados em conta redutora do capital social, e aguardando capitalização pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os acionistas da Companhia autorizaram o Conselho de Administração a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.200.000.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ações em tesouraria

Em 12 de janeiro de 2015, foi aprovada a aquisição de até 3.752.237 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, para manutenção, cancelamento em tesouraria ou recolocação no mercado, sem redução do capital social, dentro do prazo de 365 dias a partir de 12 de janeiro de 2015, com encerramento em 11 de janeiro de 2016, tendo sido adquiridas 377.500 ações, no valor total de R\$ 6.452, ao custo médio ponderado de R\$ 17,09. na forma de programa de recompra.

Em 9 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a prorrogação do Programa de Recompra de Ações até 9 de janeiro de 2017, renovando-o até 9 de janeiro de 2018, quando foi deliberado o seu encerramento, sem movimentação.

Em 3 de abril de 2018, o Conselho de Administração da Companhia reabriu o referido programa e aprovou a aquisição de até 5.482.640 ações, no prazo de 365 dias, com encerramento em 3 de abril de 2019. Em 16 de outubro de 2018, o referido programa foi encerrado com a aquisição da totalidade das ações, ao custo médio de R\$ 16,27, no montante de R\$ 89.225, com o consequente cancelamento das ações.

Em 16 de outubro de 2018, foi aberto o novo programa de recompra de até 5.326.100 ações, no prazo de 365 dias, tendo como termo final o dia 16 de outubro de 2019. Nessa nova fase do programa, até 31 de dezembro de 2018, foram adquiridas 4.230.300 ações, no valor total de R\$ 65.527 ao custo médio ponderado de R\$ 15,49.

O saldo das ações ordinárias adquiridas permanecerá em tesouraria para posterior cancelamento ou destinação a quaisquer outros planos que vierem a ser futuramente aprovados pela Assembleia Geral da Companhia.

(c) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía saldo registrado como reserva de capital.

(d) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2008). Essa reserva recebia a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados.

Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. O montante dos incentivos fiscais da Controladora era destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

Em solução de consulta publicada em novembro de 2018 a autoridade tributária estabeleceu que a isenção do imposto de renda e contribuição social concedida às instituições de ensino superior que aderirem ao PROUNI, não se caracteriza como subvenção para investimento de que trata o art. 30 da

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lei nº 12.973, de 2014, inexistindo, portanto, obrigação da constituição de reserva de incentivos fiscais e restrição à distribuição de lucros ou dividendos. Sendo assim, a Companhia reverteu o saldo da reserva para retenção de lucros e deixou de constituir a parcela mensal da referida reserva, assim como não mais excluirá o valor do incentivo da base de cálculo dos dividendos.

(e) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 55.523 (2017 - R\$ 45.459) em reserva legal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, até o limite de 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social somente podendo ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(f) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 483.437 (2017 - R\$ 420.287) de retenção de lucros. A retenção de lucros representa a parcela do lucro, destinada para conta de reserva de retenção de lucros para futuro investimento de capital, que é objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

(g) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações. A administração elaborou a proposta de distribuição de dividendos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício	201.279	197.475
(-) Reserva de incentivo fiscal		(79.467)
(-) Constituição da reserva legal	(10.064)	(9.874)
Lucro líquido ajustado	<u>191.215</u>	<u>108.134</u>
Dividendo mínimo obrigatório calculado (25%) a distribuir	47.804	27.034
Dividendos intermediários distribuídos (i)	(20.685)	
Dividendos a pagar	27.119	27.034
Dividendos complementares (ii)	9.561	10.813
Total de dividendos a distribuir	<u>36.680</u>	<u>37.847</u>
Média ponderada em circulação	135.829	127.225
Dividendos distribuídos/a distribuir por ações (em reais)	0,27	0,30

- (i) Em 10 de setembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base no lucro líquido acumulado até 30 de junho de 2018, no limite do dividendo mínimo obrigatório do período;

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Os dividendos complementares serão submetidos à operação da Assembleia Geral Ordinária e em 31 de dezembro de 2018 estão registrados em reserva de lucros no Patrimônio Líquido.

20. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita bruta da prestação de serviços				
Mensalidade de graduação	621.339	514.354	1.731.307	1.566.726
Mensalidade de pós graduação	3.268	3.333	29.458	24.857
Mensalidade de EAD	51.816	28.215	70.786	32.984
Outras receitas	5.030	3.897	16.442	16.355
	<u>681.453</u>	<u>549.799</u>	<u>1.847.993</u>	<u>1.640.922</u>
Deduções da receita bruta				
Descontos e bolsas (i)	(122.677)	(53.488)	(334.580)	(181.873)
PROUNI (ii)	(66.619)	(48.772)	(171.711)	(138.585)
FGEDUC e encargos FIES (iii)	(13.706)	(16.282)	(36.024)	(44.791)
Impostos incidentes sobre serviços	(14.168)	(14.589)	(43.192)	(43.888)
	<u>(217.170)</u>	<u>(133.131)</u>	<u>(585.507)</u>	<u>(409.137)</u>
	<u>464.283</u>	<u>416.668</u>	<u>1.262.486</u>	<u>1.231.785</u>

- (i) O aumento reflete o maior volume de descontos e bolsas em função das campanhas de 2018;
- (ii) O aumento refere-se ao início das operações de novas unidades, quando o volume de bolsas do PROUNI exerce um peso maior na base de alunos; e
- (iii) A variação contempla a redução dos alunos provenientes do FIES em função da menor oferta de vagas por parte do Governo Federal.

21 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Pessoal e encargos sociais	(128.984)	(108.931)	(380.387)	(377.659)
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	(11.142)	(7.130)	(19.993)	(14.761)
Energia elétrica, água e telefone	(17.247)	(13.548)	(37.361)	(33.394)
Depreciação e amortização	(28.623)	(19.998)	(49.474)	(39.717)
Aluguéis	(25.706)	(26.754)	(75.275)	(79.741)
Outros	(10.719)	(7.537)	(14.500)	(11.373)
	<u>(222.421)</u>	<u>(183.898)</u>	<u>(576.990)</u>	<u>(556.645)</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesas comerciais, gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Pessoal e encargos sociais (i)	(91.666)	(79.651)	(143.038)	(136.062)
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	(27.026)	(21.095)	(35.227)	(32.453)
Comercial, publicidade e propaganda	(44.000)	(45.861)	(83.548)	(92.517)
Provisão e perda efetiva para crédito de liquidação duvidosa (ii)	(31.585)	(19.624)	(88.243)	(64.195)
Depreciação e amortização	(18.068)	(17.570)	(26.874)	(25.373)
Materiais de expediente	(10.623)	(9.272)	(17.557)	(18.003)
Tributos	(3.743)	(3.402)	(8.624)	(7.354)
Outros	(28.888)	(24.732)	(43.738)	(41.607)
	<u>(255.599)</u>	<u>(221.207)</u>	<u>(446.849)</u>	<u>(417.564)</u>

- (i) Aumento reflete os gastos com desligamento de empregados em função do Plano de Reestruturação do Grupo, além dos dissídios coletivos das unidades;
- (ii) Variação em função da mudança do método de apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa atendendo a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48) que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.2.

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades e acordos (i)	5.185	8.466	15.526	27.854
Rendimentos de aplicações financeiras (ii)	52.943	41.853	55.276	42.444
Descontos obtidos	2.554	2.024	4.645	3.529
Capitalização de juros				
Variação monetária ativa(iii)	772	3.646	2.059	9.234
(-) Pis e COFINS s/ receita financeira	(2.837)	(2.448)	(3.745)	(3.437)
Outros	248	709	635	983
	<u>58.865</u>	<u>54.250</u>	<u>74.396</u>	<u>80.607</u>
Despesas financeiras				
Despesas de juros (iv)	(25.096)	(38.204)	(25.381)	(38.896)
Capitalização de juros	2.248	2.427	2.248	2.427
Juros de arrendamentos mercantis	(18.369)	(18.655)	(33.017)	(33.704)
Descontos concedidos (v)	(7.868)	(10.600)	(24.623)	(34.743)
Variação monetária passiva			(10.492)	(14.100)
Outros	(2.741)	(3.244)	(10.205)	(15.711)
	<u>(51.826)</u>	<u>(68.276)</u>	<u>(101.470)</u>	<u>(134.727)</u>
Despesa financeira, líquida	<u>7.039</u>	<u>(14.026)</u>	<u>(27.074)</u>	<u>(54.120)</u>

- (i) Queda refere-se à implantação do IFRS 15 que reduziu o montante do incremento no valor das

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- mensalidades pagas entre os dias 5 e 30, que passaram a ser registrados na receita bruta;
- (ii) Decorre do aumento das aplicações financeiras e títulos e valores imobiliários do Grupo, apesar da queda no rendimento dos mesmos em função da redução da taxa de juros;
 - (iii) Refere-se à redução do saldo de contas a receber, proveniente do acordo com FNDE (Nota 9.b), que foi quitado em agosto de 2018;
 - (iv) Redução proveniente da queda da taxa de juros, início da amortização do IFC em 2017 e quitação das debêntures da 1ª emissão; e
 - (v) Redução refere-se, principalmente, à mudança na política de concessão de descontos para recuperação de créditos incobráveis, uma vez que em 2017 houve campanha específica para valores em atraso acima de 360 dias, além da redução no volume de negociações efetuadas.

24 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas. A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão apresentados a seguir:

(a) Composição da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
IR e CS - correntes				
Lucro presumido			446	1.724
Lucro real	2.238	5.876	81.545	82.228
Incentivo fiscal	(1.912)	(5.586)	(74.659)	(77.545)
IR e CS - períodos anteriores		(905)		(2.718)
Total IR e CS	326	(615)	7.332	3.689

(b) Empresas no regime do lucro presumido

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita bruta de vendas	2.066	5.756
Presunção 32%	661	1.842
Outras receitas	652	3.230
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.313	5.072
Imposto de renda e contribuição social - 34%	446	1.724

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Parte das operações de apoio ao ensino superior e as operações de ensino profissionalizante são realizadas pelo regime de lucro presumido das investidas da Companhia. Em 2017, a operação de pós-graduação era tributada pelo regime presumido.

(c) Empresas no regime do lucro real

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	201.605	196.860	207.298	196.843
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	68.546	66.932	70.481	66.927
Participação nos lucros de controladas	(71.998)	(67.657)		
Ajuste a valor presente do contas a receber	604	(117)	1.831	(1.390)
Arrendamentos	1.079	1.221	2.057	2.551
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	384	480	879	1.213
Outras adições e exclusões	4.472	6.538	10.421	15.190
Reversão de contingências	141	(257)	(878)	510
Despesas não utilizadas nas apurações				
Compensação de prejuízo fiscal	(990)	(1.264)	(3.246)	(2.773)
	2.238	5.876	81.545	82.228
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(1.912)	(5.586)	(74.659)	(77.545)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	326	290	6.886	4.683
Alíquota efetiva - %	0,16%	0,15%	3,32%	2,38%

(d) Demonstração da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
Lucro presumido			1.313	5.072
Lucro real	201.605	196.860	207.298	196.843
	<u>201.605</u>	<u>196.860</u>	<u>208.611</u>	<u>201.915</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			446	1.724
Empresas optantes pelo regime de lucro real	326	290	6.886	4.683
Total IR e CS correntes	<u>326</u>	<u>290</u>	<u>7.332</u>	<u>6.407</u>
Alíquota efetiva	0,16%	0,15%	3,51%	3,17%

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Partes relacionadas

(a) Contas correntes com controladas

	Controladora	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivo		
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.		2.969
CETEBA - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	1.500	8.842
Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.		2.235
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.		6.614
SIESPI - Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.		9.525
FMN Clinica Escola de Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Nutrição Ltda.		334
Faculdade Maurício de Nassau de Belém Ltda.		1.584
CESP - Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.		5.121
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	7.590	9.723
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	3.608	4.614
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	161	
	<u>12.859</u>	<u>51.561</u>

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores estatutários do Grupo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Remuneração total do pessoal-chave da administração	<u>8.122</u>	<u>9.061</u>	<u>8.122</u>	<u>9.061</u>

(c) Outras transações

	31 de dezembro de 2018			Consolidado 31 de dezembro de 2017		
	Despesa	Pagamento (*)	Passivo	Despesa	Pagamento (*)	Passivo
Aluguéis - Ocktus Participações Ltda (i)	22.451	43.389	134.207	26.843	48.890	138.332
Ações sociais (ii)	503			546		
	<u>22.954</u>	<u>44.499</u>	<u>134.207</u>	<u>27.389</u>	<u>48.890</u>	<u>138.332</u>

(*) Refere-se ao valor da despesa acrescida dos juros de arrendamento mercantil.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O Grupo firmou Contrato de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa Ocktus Participações Ltda., pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz, pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados por igual período. A diferença entre a despesa e os pagamentos refere-se ao pagamento mínimo de arrendamento mercantil que é amortizado no passivo. No primeiro trimestre de 2018, o Grupo e a Ocktus acordaram a suspensão dos pagamentos de aluguéis de dois imóveis e a permanência da suspensão de outros dois ocorrida em 2017, todos localizados em Recife, pelo prazo de 1 ano.
- (ii) A Companhia mantém o Instituto Ser Educacional, uma instituição sem fins lucrativos, com o intuito de realizar ações de responsabilidade social.

As transações efetuadas entre partes relacionadas são negociadas a valor de mercado.

26 Provisão para contingências

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais prováveis com essas ações em curso.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Cível (a)	797	306	3.194	3.446
Trabalhista (b)	657	140	4.550	6.384
	1.454	446	7.744	9.830
Contingências indenizatórias (d)			112.015	112.015
	1.454	446	119.759	121.845

(a) Cível

O Grupo, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A Administração mantém provisão em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 797 (2017 - R\$ 306) para a controladora e de R\$ 3.194 (2017 - R\$ 3.446) para o consolidado. As principais ações classificadas como perda provável possuem natureza de indenização por danos morais e materiais e inexistência de débitos perante as instituições do Grupo.

O Grupo também efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível para os quais não há provisão constituída, cujo valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 22.997 (2017 - R\$ 4.138) para a controladora e de R\$ 46.718 (2017 - R\$ 23.099) para o consolidado, cujas principais alegações são objeto das causas: (i) ações por negativações indevidas em órgãos de proteção ao crédito e manutenção indevida de negativação; (ii) ações por demora na emissão de diploma; (iii) ações por problemas no aditamento, matrícula, reembolso (não formação de turma) e transferência do FIES.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Trabalhista

O Grupo, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A Administração mantém provisão em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 657 (2017 - R\$ 140) para a controladora e de R\$ 4.550 (2017 - R\$ 6.384) para o consolidado.

Adicionalmente, o Grupo efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, para as quais não há provisão constituída. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 23.265 (2017 -R\$ 11.317) para a controladora e de R\$ 33.610 (2017 - R\$ 39.726) para o consolidado, cujas principais alegações são objetos das causas: horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de professores.

(c) Tributário

O Grupo, com apoio dos seus consultores jurídicos, efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária para suportar as prováveis saídas de recursos relacionados com essas causas. A Administração não mantém provisão para a controladora e consolidado, pois não há, nesta mesma data processo com perda provável.

Adicionalmente, o Grupo efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, para as quais não há provisão constituída. O valor em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.727 (2017 -R\$ 8.534) para a controladora e de R\$ 20.815 (2017 - R\$ 28.608) para o consolidado (Vide também Nota 26 (d)).

Dentre as principais ações tributárias classificadas como possíveis pelos consultores jurídicos, podemos destacar:

- a. 07.51613.0.15 – trata-se de auto de infração lavrado pela secretaria de finanças do município do Recife sob alegação de não recolhimento de ISS sobre suas receitas de prestação de serviços educacionais relativos às bolsas do Programa Universidade para Todos - PROUNI. O referido auto é objeto de ação anulatória na qual fora deferida tutela cautelar para suspensão do crédito tributário. O valor possível é de R\$ 3.679 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
- b. 10480.727015/2011-88 - trata-se de processo administrativo por divergências entre as informações prestadas sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte dos anos calendários de 2008, 2009 e 2010. O valor possível é de R\$ 2.496 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
- c. 07.51986.1.15 - trata-se de auto de infração lavrado pela Secretaria de finanças do município do Recife sob alegação de não recolhimento de ISS à porcentagem de 5% sobre suas receitas de prestação de serviços educacionais relativos ao ensino técnico. Houve oferecimento de defesa alegando a nulidade do auto de infração, uma vez que a porcentagem da tributação a ser recolhida é de 3% conforme determinação legal. O valor possível é de R\$ 1.705 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contingências indenizatórias oriundas de combinação de negócios

Dentre as principais ações trabalhistas provisionadas, podemos destacar um passivo contingente indenizatório no valor de R\$ 3.249 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, reconhecido referente a processos do Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda. - CESPI, da Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda. – SIESPI e de sua subsidiária Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda. - CIESPI, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2013.

Dentre as principais ações tributárias provisionadas, podemos destacar um passivo contingente no valor de R\$ 108.766 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, reconhecido referente às exposições tributárias da União de Ensino Superior do Pará – UNESPA e do Instituto Santareno de Ensino Superior - ISES, oriundo de combinação de negócios ocorrida em 2014. Dentre elas, podemos destacar:

- a. 0019270-28.2014.8.14.0301 - Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Belém referente a cobrança de ISS devido por suposta perda da isenção tributária da UNESPA. A questão se refere a isenção da tributação pelo ISS através de autorização conferida à UNESPA pelo poder público através de Decreto Municipal, que posteriormente que foi retirada, lançando o crédito tributário relativo aos 5 últimos anos. A UNESPA ajuizou ação anulatória, tombada sob o nº 0057879-84.2009.8.14.0301 para anular os autos de infração que ao fim autorizou o ajuizamento da Execução Fiscal ora em comento. Foram oferecidos embargos à execução e o processo encontra-se em fase instrutória. A classificação de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível no valor de R\$ 103.082 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apesar disso a causa está sendo considerada no montante do passivo contingente oriundo da combinação de negócios com a UNESPA.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente indenizar a Companhia pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito às ações acima mencionadas. Para garantir esse montante foram fixados contratualmente retenção de parte dos valores de compra e venda, descontos em aluguéis futuros das unidades e hipotecas de imóveis em favor da Companhia. Um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, conforme acima, no total de R\$ 112.015 em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Além das ações provisionadas, com ativos de indenização reconhecidos pela Companhia, temos ainda as seguintes contingências em discussão:

- a. Ação relacionada ao uso de licenças de software de ensino à distância, movida pela empresa Centro de Estratégia Operacional Propaganda, Publicidade e Comércio Ltda. contra a Rede Brasileira de Educação à Distância ("RBED"), sociedade na qual a União de Ensino Superior do Pará - UNESPA possui participação juntamente com outras nove instituições de ensino do Brasil, que respondem solidariamente pela ação. O valor atualmente em discussão, sem provisão contábil, monta a R\$ 76.075, oriundo de combinação de negócios. Em 2018, a "RBED" obteve liminar que suspendeu execução do processo de cobrança; e
- b. Autos de infração para cobrança de contribuições previdenciárias e contribuições para entidades e fundos, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, no valor de R\$ 90.945 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa (SOPEP), atual

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mantenedora da UNG. A Receita Federal entendeu que as atividades exercidas pela Associação Paulista de Educação e Cultura (APEC), antiga mantenedora da UNG, não se enquadravam na categoria de não lucrativa e, apesar da transferência da manutenção da UNG ter ocorrido somente em janeiro de 2015, autuou a SOPEP de forma subsidiária pela ausência de pagamento das referidas contribuições. Adicionalmente, em 19 de abril de 2018, foi lavrado novo auto de infração, ampliando o período de autuação para 2014, em valor adicional de R\$ 82.084, totalizando R\$ 173.029. Ambos processos encontram-se em análise pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, órgão vinculado ao atual Ministério da Economia.

Em todos os casos, por se tratar de contingências anteriores a aquisição, o contrato prevê que eventuais prejuízos estão garantidos pela retenção dos valores de compra e venda, descontos em aluguéis futuros das unidades e hipotecas de imóveis em favor da Companhia. Os advogados que patrocinam esses processos foram contratados pelos acionistas vendedores e são acompanhados pelos advogados do Grupo, classificando os respectivos riscos de perda como possíveis.

27 Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Controladora	201.279	197.475
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>135.829</u>	<u>127.225</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>1,48</u>	<u>1,55</u>

28 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Ramos</u>	<u>Coberturas (Em milhares)</u>
Danos materiais ao imobilizado (prédios/equipamentos)	R\$ 130.000
Casco Aeronáutico e Responsabilidade civil	US\$ 11.270
RETA Aeronáutico - Passageiros, Tripulantes e terceiros no solo	R\$ 1.308
Responsabilidade Civil com terceiros	R\$ 15.000
Frota - Danos materiais, corporais e de objetos transportados	100% Fipe
Responsabilidade civil dos administradores	R\$ 30.000

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção F - Políticas contábeis

29 Resumo das políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

29.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

29.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

29.3 Ativos e passivos financeiros

29.3.1 Reconhecimento inicial e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)

29.3.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos e bloqueios judiciais.

29.3.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros do Grupo classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

29.3.4 Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

29.3.5 Reconhecimento inicial e mensuração de passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, compromissos a pagar e obrigações de arrendamento mercantil.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

29.3.6 Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

29.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“impairment”).

29.5 Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa)

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Para o contas a receber de clientes, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis do Grupo e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, o Grupo não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras consolidadas, pela adoção, diferente daquele mencionado na Nota 2.2.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pois de acordo com a avaliação do Grupo, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

29.6 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill é apresentado como parte do investimento. Os mesmos ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são feitos nas demonstrações financeiras individuais para se chegar aos mesmos valores de patrimônio líquido e resultado.

29.7 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(d) Credenciamento e licenças de operação

Os credenciamentos e as licenças de operação são capitalizados com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como credenciamento das Unidades. Os credenciamentos e as licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) **Conteúdo digital**

O Conteúdo digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço do Grupo. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

(f) **Convênios**

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confirmam aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

(g) **Fundo de comércio**

São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados.

(h) **Intangíveis identificados em aquisições - Licenças de cursos**

As licenças de cursos identificadas em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante o MEC e são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(i) **Intangíveis identificados em aquisições - Marcas registradas**

As marcas identificadas em aquisições são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada.

29.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

O imobilizado em andamento refere-se à construção de novos prédios e adequação de prédios de terceiros à atividade do Grupo. Semestralmente os saldos deste grupo são revisados e transferidos

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para as suas devidas contas, se concluídos, para início da depreciação.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

29.9 Custos de empréstimo capitalizados

O custo histórico do imobilizado inclui juros sobre de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

29.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, “Unidades Geradoras de Caixa” (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

29.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

29.12 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida de um passivo de arrendamento a pagar.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em obrigações de arrendamentos mercantis. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

29.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.14 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

29.15 Provisões

As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

29.16 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos “PROUNI”, as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica “IRPJ” e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL”.

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos “PROUNI”, incidem o Programa de Integração Social “PIS” e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social “COFINS” nas alíquotas de

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos "PROUNI" são isentas do Programa de Integração Social "PIS" e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social "COFINS".

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica "IRPJ" e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido "CSLL", instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 29 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(d) ISS

As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita do Grupo.

29.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

29.19 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço.

O Grupo aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa.

O Grupo registra como desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES. Adicionalmente, a partir de 2016 foi incluído um novo desconto de 2% relativos aos encargos FIES, conforme Medida Provisória Nº 741 ("MP 741").

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

29.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece 25% como mínimo obrigatório e os dividendos e juros sobre o capital próprio que eventualmente tenham sido pagos a título de antecipação durante o exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

SER EDUCACIONAL S.A.

CNPJ 04.986.320/0001-13 – NIRE 26.3.0001679-6

(Companhia Aberta)

Folha 1 de 1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Ser Educacional S.A. (“Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, elaborados de acordo com a legislação vigente, bem como examinaram a proposta de distribuição de dividendos apresentada pela administração da Companhia.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as referidas demonstrações financeiras, emitido sem ressalvas na data de hoje, concluíram, por unanimidade, que os mencionados documentos, juntamente com o relatório anual da administração e com a proposta de distribuição de dividendos, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Recife, 27 de março de 2019.

Reginaldo F. Alexandre
Conselheiro

Fernando Eduardo R. Santos
Conselheiro

Nazareno Habib O. Bichara
Conselheiro